



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES–CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA-PPGCP

**PROBLEMAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA BRASILEIRA.**

TATIANA FERREIRA DE ARAÚJO

CAMPINA GRANDE

2024

TATIANA FERREIRA DE ARAÚJO

**PROBLEMAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFCG, pertencente à linha Políticas Públicas e Inovação Institucional, para obtenção do Título de Mestre em Ciências Políticas.

Orientador: Prof. Dr. James Batista Vieira

CAMPINA GRANDE

2024

A663p

Araújo, Tatiana Ferreira de.

Problemas na formulação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura brasileira / Tatiana Ferreira de Araújo. – Campina Grande, 2024.

81 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. James Batista Vieira".

Referências.

1. Políticas Públicas. 2. Inovação Institucional. 3. Formulação de Políticas Públicas. 4. Políticas Públicas Baseadas em Evidências. I. Vieira, James Batista. II. Título.

CDU 35.073(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

TATIANA FERREIRA DE ARAÚJO

PROBLEMAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA
LITERATURA BRASILEIRA.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política como pré-
requisito para obtenção do título de Mestre
em Ciência Política.

Aprovada em: 21/03/2024

Prof. Dr. James Batista Vieira - PPGCP/UFCG
Orientador

Prof. Dr. Saulo Felipe Costa - - PPGCP/UFCG
Examinador(a) Interno

Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves - UFPB
Examinador(a) Externo



Documento assinado eletronicamente por **James Batista Vieira, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Felipe Costa, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIA ELISA CIA ALVES, Usuário Externo**, em 03/04/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4299400** e o código CRC **62C35969**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA, REALIZADA EM
21 DE MARÇO DE 2024

CANDIDATO(A): **TATIANA FERREIRA DE ARAÚJO**. COMISSÃO EXAMINADORA: James Batista Vieira, Doutor, PPGCP/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Saulo Felipe Costa, Doutor, PPGCP/UFCG, Examinador(a) Interno(a); Elia Elisa Cia Alves, Doutora, UFPB, Examinador(a) Externo(a). TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: PROBLEMAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA BRASILEIRA.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Estado e Governo.

HORA DE INÍCIO: 10h – <https://meet.google.com/xfe-aegm-tzi>.

Em sessão pública, após exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito **APROVADA**. Face à aprovação, declara o(a) presidente da Comissão, achar-se a examinada, legalmente habilitada a receber o Grau de Mestre em Ciência Política, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, Márcia Cristina M. Porto e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 21 de março de 2024.

Prof. Dr. James Batista Vieira - PPGCP/UFCG
Presidente da Comissão e Orientador

Prof. Dr. Saulo Felipe Costa - PPGCP/UFCG
Examinador(a) Interno(a)

Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves - UFPB
Examinador(a) Externo(a)

Tatiana Ferreira de Araújo

Discente

Márcia Cristina M. Porto

Secretária

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação da candidata Tatiana Fereira de Araújo, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa de dissertação e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA CRISTINA MARQUES PORTO, SECRETÁRIO (A)**, em 21/03/2024, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **James Batista Vieira, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Felipe Costa, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA FERREIRA DE ARAÚJO, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIA ELISA CIA ALVES, Usuário Externo**, em 03/04/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4299186** e o código CRC **398FBA46**.

AGRADECIMENTOS

O primeiro reconhecimento sem dúvidas é para o autor da maior obra, Deus, que sempre esteve e estará presente no centro da minha vida, que me mostra minhas limitações e define que meu tempo não igual ao Dele e nem nunca será.

Aos professores da Pós de Ciências Políticas da UFCG, a quem nomeio na pessoa do meu orientador, James, pela paciência e presença, por receber pessoas de graduações tão diversas e apresentar um “mundo novo” cheio de possibilidades.

Aos amigos e colegas de turma, em nome das pessoas de Dmitri e Elizabeth, com quem pude dividir conhecimento, trabalhos e angústias.

Ao meu pai, fonte de inspiração diária, que nunca desistiu de seu sonho de lecionar, que mostra todo dia que a ciência é para àqueles que trabalham arduamente.

As minhas irmãs, que sempre forma força e inspiração, cada uma na sua batalha diária, mas que se fizeram presentes em todos os momentos.

Ao meu esposo, que desde o primeiro momento que ventilei a possibilidade de fazer um mestrado me apoiou, me incentivou e me manteve firme para não perder o caminho.

Por fim, aos meus filhos. Sem dúvidas o melhor capítulo da minha história. Obrigada pelo carinho, dedicação e compreensão às ausências, à falta de paciência, ao cansaço. Entender que mamãe além de trabalhar fora, também tinha que estudar, mesmo quando vocês queriam abraçar o mundo num momento pós-pandêmico, foi essencial para o dia de hoje.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os principais desafios no processo de formulação das políticas públicas por meio de uma revisão sistemática da literatura brasileira. A revisão sistemática da literatura foi realizada em quatro bases de dados: o *Google Scholar*, o *Scopus*, o *Web of Science*, o *Scielo (web of science)* e o catálogo de teses e dissertações da Capes. Utilizando os parâmetros de pesquisa estabelecidos, foram selecionados 96 documentos, entre o período de 2000 a 2022, incluindo artigos de revisão, teses e dissertações, analisados sob três perspectivas: bibliométrica, metodológica e substantiva. Os resultados apontam que os desafios no processo de formulação de políticas públicas, de natureza técnica e política, mais mencionados são os conflitos de interesse, de poder e federativos, a reduzida participação social, além das restrições de recursos (orçamentárias, financeiros e de pessoal) que juntos representam 55% dos desafios identificados.

Palavras-chave: Formulação de Políticas Públicas; Revisão Sistemática da Literatura; Políticas Públicas baseadas em evidências; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research investigates the main challenges in the policy formulation process through a systematic review of Brazilian literature. The systematic literature review was conducted on four databases: the Capes theses and dissertations catalog, *Google Scholar*, Scopus, Web of Science and *Scielo (web of science)*. Using established search parameters, 96 documents were selected, between the period from 2000 to 2022, including review articles, theses, and dissertations, to be analyzed from three perspectives: bibliometric, methodological, and substantive. The results highlight that the main challenges in the process of policy formulation are of a technical and political nature which the most mentioned are the conflicts of interest, power, and federative; reduced social participation, as well as budgetary, financial, and human resource constraints, which together represent 55% of all challenges identified.

Keywords: Policy Formulation; Systematic Literature Review; Evidence-Based Policy; Public Policies

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Problemas de formulação - IA's.....	20
Quadro 2 - Eixos da pesquisa com suas variáveis.....	29
Quadro 3 - Grupos para identificação dos problemas.	45
Quadro 4 – Quadro comparativo entre os achados e os problemas apontados pela literatura.	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Procedimentos	27
Tabela 2 - Cursos de Pós-Graduação.....	35
Tabela 3 – Tipos de pesquisa.....	39
Tabela 4 - Técnica de coleta de dados	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquemasimplificado das etapas da RSL.....	25
Figura 2 – Diagramade seleção.	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Número de publicações por ano Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	32
Gráfico 2 – Distribuição da produção acadêmica por tipo de instituição.....	33
Gráfico 3 - Número de publicações por ano.....	34
Gráfico 4 - Escopo temático dos periódicos.....	35
Gráfico 5 - Número de problemas reportados segundo as fases da política pública.....	46
Gráfico 6 - Número de problemas reportados.	48

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
3. METODOLOGIA.....	24
4. RESULTADOS	31
4.1. Eixo Bibliométrico	31
4.2 Eixo Metodológico	38
4.3 Eixo Substantivo	42
4.3.1 Referencial Analítico.....	42
4.3.2 Problemas Reportados	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERENCIAL	54
APÊNDICE A–RELAÇÃO DE CASOS DA AMOSTRA	69
APÊNDICE B–DICIONÁRIO DA BASE DE DADOS	73
APÊNDICE C–PREFERRED REPORTING ITEMS FOR SYSTEMATIC REVIEWS AND META-ANALYSES EXTENSION FOR SCOPING REVIEWS (PRISMA-SCR) CHECKLIST	75

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas brasileiras através de uma revisão sistemática da literatura, com o propósito de identificarmos principais problemas de formulação. Para tal fim, formulou-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: quais são os principais problemas identificados no processo de formulação das políticas públicas sobre o caso brasileiro? Importante o trabalho nesta área, porque pouco tem se produzido acerca de formulação (Batista et. al., 2021). Nas pesquisas realizadas para a realização deste trabalho não há apontamentos, ao menos reunidos, sobre possíveis problemas na formulação. Erros na fase de formulação geram políticas públicas de baixo desempenho que perpetuam os problemas sociais, posto ser a fase inicial de análise do problema público, onde as possíveis soluções são estabelecidas.

Mapeando as dificuldades da formulação em políticas públicas, será mais fácil dar robustez ao processo e oferecer as evidências científicas necessárias para embasar uma decisão de política pública. Neste trabalho, adotaremos o conceito que se concentra no problema social e na intenção de resolvê-lo, conforme formulado por Vieira (2023, p.61) e Secchiet *al.* (2020, p. 26). Isso significa considerar não apenas o ator capaz de produzir a política, mas também outros aspectos relevantes. Justifica-se a escolha deste conceito pela explicação dada pelos autores, que destacam a diversidade de atores políticos envolvidos na atualidade, impactando a forma como as políticas são realizadas.

Outro ponto de destaque é a importância atribuída à história, como observado por North (2018). Historicamente, o Estado, apesar de ser o principal executor de políticas públicas, não consegue atender todas as necessidades sociais por conta própria. Isso remonta aos primórdios das políticas públicas, datando do século XIX, com destaque para o trabalho seminal de Woodrow Wilson em 1887. Ao analisar a trajetória das políticas públicas, observa-se que os Estados Unidos foram pioneiros nessa área a partir de 1950, enquanto na Europa essa tendência só ganhou destaque a partir de 1970. No Brasil, os estudos nesse campo tiveram um impulso significativo durante o processo de redemocratização na década de 1980.

O fortalecimento dos estudos sobre políticas públicas no Brasil se deve a diversos fatores, incluindo a transição democrática, a insatisfação com o Estado e a disseminação internacional da ideia de reforma do Estado. Isso resultou em um aumento significativo na produção científica e na criação de disciplinas específicas nas universidades relativas ao tema. A expansão na produção científica na área resultou em uma diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas pelos pesquisadores. Uma abordagem comum é a visão

das políticas públicas como um processo dinâmico, dividido em estágios, conhecido como ciclo de políticas públicas (Souza, 2007). Embora a literatura científica tenha crescido na área, ainda há uma lacuna significativa na atenção dada à fase de formulação das políticas públicas (Batista *et. al.*, 2020). Isso motiva a escolha do tema desta dissertação.

Todas as etapas do processo de políticas públicas exigem inovações; porém, na fase de formulação das políticas públicas a necessidade de soluções criativas e inovadoras para os problemas sociais fica mais evidente. No entanto, é importante observar que muitas soluções são importadas de países com democracias consolidadas e podem não se adequar à realidade nacional. Além disso, é essencial considerar a participação da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas, como destacado por Milani (2008). Todavia, essa participação ainda é limitada em muitos casos, o que pode comprometer a eficácia das políticas implementadas. Outros problemas identificados na literatura incluem a falta de coordenação entre as instituições responsáveis pela formulação e implementação das políticas, bem como a falta de recursos financeiros e humanos adequados para sua implementação.

Diante desses desafios, esta dissertação tem como objetivo analisar os problemas na formulação de políticas públicas no contexto brasileiro, identificando tendências e padrões por meio de uma revisão sistemática da literatura (RSL). Esta técnica de revisão é uma ferramenta importante para reunir e sintetizar a melhor evidência disponível sobre o tema. Serão exploradas bases de dados como *Scopus*, *Web of Science*, *Google Scholar*, *Scielo (web ofscience)* e o catálogo de teses e dissertações da Capes, considerando três eixos de análise: bibliométrico, metodológico e substantivo.

Além desta introdução, a dissertação incluirá um capítulo sobre a política pública na literatura brasileira, enfatizando o ciclo de políticas públicas, um capítulo sobre os procedimentos metodológicos da revisão sistemática da literatura e um capítulo dedicado à discussão dos resultados obtidos, abordando cada um dos eixos propostos separadamente, antes das considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas são complexas desde sua concepção, exigindo um entendimento de conceitos próximos, como políticas públicas, administração pública e gestão pública, uma vez que estão inter-relacionados com o objetivo comum de resolver problemas públicos (Vieira, 2023). O termo "política pública" assume diversos significados na língua portuguesa, mas no inglês, esses significados são subdivididos em três nomenclaturas: *polity*, *politics* e *policy*. *Polity* se refere às instituições, *politics* à parte humana da política ligada à atividade e competição, e *policy* à parte prática onde as decisões são tomadas e efetivadas. No caso das políticas públicas, elas estão relacionadas principalmente à última nomenclatura, mas também se relacionam com os outros termos (Secchiet *al.*, 2020). Segundo Thoenig (1985) "as políticas públicas estruturam o sistema político, definem e delimitam os espaços, os desafios, os atores."

Segundo Secchiet *al.* (2020), um bom conceito de políticas públicas deve considerar o problema público e a intenção de fornecer uma resposta a ele, seja mantendo um equilíbrio social ou incorporando desigualdades para realinhar a realidade. Nessa intenção, inclui-se a omissão proposital, a decisão de "não fazer", que também constitui uma política pública. Além disso, o autor menciona que um dos motivos para adotar esse conceito é entender que as políticas públicas não precisam necessariamente ser realizadas pelo Estado, pois a sociedade civil organizada pode enfrentar problemas sociais e decidir apresentar soluções de forma independente ou em parceria com o Estado. ONGs, fundações privadas e OSCIPs são exemplos disso, apesar de contradizer uma literatura consolidada da área. Assim, o foco está no problema, não na identidade do ator estatal (Secchiet *al.*, 2020).

É importante ressaltar que o conceito adotado influenciará diretamente na sociedade em que está inserido, encontrando maior ou menor dificuldade para sua realização. Em alguns lugares, a ideia de políticas públicas independentes da atuação do Estado é aceita, enquanto em outros é uma prática já estabelecida. Portanto, a ciência política comparada é crucial para entender esse fenômeno. Em países em desenvolvimento, como na América Latina, onde o regime democrático é um processo relativamente recente, isso influencia o grau de envolvimento da sociedade civil organizada na decisão política (Souza, 2007).

Foram desenvolvidas diversas abordagens para explicar como e por que determinadas políticas públicas são desenvolvidas. Souza (2007) fala sobre modelos desenvolvidos para o estudo da área, que são simplificações da realidade para torná-las mais compreensíveis. Alguns desses modelos incluem o ciclo de políticas públicas, o *garbagecan*, os múltiplos

fluxos, a coalizão de defesa/advocacia, as arenas sociais e o equilíbrio interrompido/pontuado, entre outros.

O ciclo de políticas públicas que teve como precursor Lawssell, em 1951 e acabou por sendo aperfeiçoado por Brewer (1974) é um modelo que analisa a política pública em sete etapas principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Embora apresente um ciclo aparentemente perfeito, na prática, as fases podem se misturar e os passos podem se alterar, mas a importância explicativa desse modelo não pode ser subestimada (Secchiet *al.*, 2020). O *garbagecan* (Cohen, March e Olsen, 1972), por exemplo, é um modelo onde as soluções são propostas antes mesmo dos problemas serem identificados. As escolhas para a realização de políticas públicas são baseadas nas soluções existentes, que são trazidas quando um problema é reconhecido pela organização. Apesar de ser flexível e acelerar o processo de políticas públicas, pode comprometer a eficiência se as primeiras escolhas não forem adequadas.

John Kingdon, em 1995, desenvolveu a abordagem dos múltiplos fluxos, uma combinação do *garbagecan* com o ciclo de políticas públicas. Esse modelo considera três fluxos: problemas, soluções e político. Os fluxos devem ser organizados para se encontrarem, surgindo daí, uma janela de oportunidades para a realização ou não da política pública (Capella, 2007). O modelo de coalizão de defesa/advocacia, conhecido internacionalmente como *Advocacy Coalition Framework* (ACF), foi proposto por Paul Sabatier e aperfeiçoado por ele em colaboração com Jenkins-Smith. Esta abordagem estuda as políticas públicas a partir dos atores políticos que compartilham ideias semelhantes e formam grupos de interesses para ver suas ideias refletidas em políticas públicas vencedoras (Secchiet *al.*, 2020). Outros modelos, como as arenas sociais e o equilíbrio interrompido/pontuado, analisam a política pública focando nos atores políticos e nos movimentos sociais. Cada modelo oferece uma perspectiva única para entender o processo de formulação de políticas públicas (Souza, 2007).

Por fim, os modelos influenciados pelo gerencialismo público e ajuste fiscal surgiram a partir da década de 1970 questionando o papel do Estado como consequência da crise daquela época. (ABRUCIO, 1997; MARINI, 2005; FADUL, SOUZA, 2006; FADUL, SILVA, 2008)

Os modelos que se baseiam nestas premissas buscam dar maior eficiência às políticas públicas e ao serviço público em geral, muitas vezes delegando a realização de políticas públicas para a sociedade civil organizada. No entanto, essa abordagem enfrenta resistência devido ao desejo dos políticos de manter o controle sobre as políticas públicas (Souza, 2007).

É importante ressaltar que todos esses modelos têm suas críticas e limitações, mas todos buscam simplificar a realidade complexa das políticas públicas para facilitar seu estudo e compreensão.

No presente estudo, optou-se por analisar a formulação de políticas públicas utilizando o modelo do ciclo de políticas públicas, devido à sua ampla utilização na literatura brasileira e à sua capacidade de esmiuçar as fases da política pública para identificar possíveis falhas. Dito isso, e tratando a partir daqui do modelo do ciclo de políticas públicas, verifica-se que, para estruturá-lo, geralmente são consideradas três etapas: formulação, implementação e avaliação (Saravia e Ferrarezi, 2006). Segundo Capella (2018), a formulação de políticas públicas é uma etapa inicial que compreende fases subsequentes, como a tomada de decisão, implementação e avaliação. Isso porque somente após considerar todos os critérios técnicos, que serão explanados posteriormente, é possível chegar a uma decisão sobre a política pública.

O processo de formulação de políticas públicas é intrincado, seja por ser um campo recente de estudo em países em desenvolvimento, seja pela "importação" de soluções de casos de sucesso de sociedades industrializadas e de democracias consolidadas para problemas de países subdesenvolvidos, que pouco se assemelham àquela realidade, como aponta Frey (2000). Não há soluções mágicas formuladas para uma realidade diferente. No Brasil, estudos indicam que pesquisas na área de políticas públicas foram realizadas apenas recentemente. Segundo Batista *et al.* (2020), na produção acadêmica dos últimos 40 anos (1980-2020) nessa área de estudo, apenas 16% versam sobre a temática de formulação. Portanto, é difícil pensar em soluções de qualidade onde não há produção científica suficiente para embasar a construção de soluções eficazes e eficientes.

Nesses termos, é crucial conceituar o cerne da análise deste estudo. Formular políticas públicas (*policy design*) é o esforço consciente e deliberado para definir logicamente os objetivos políticos e determinar quais ferramentas podem ser utilizadas para alcançá-los (Howlett, 2011). Não existem formulações de políticas públicas perfeitas, mas existem desenhos capazes de auxiliar sobremaneira as ações, sejam elas governamentais ou não, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. É na formulação que um problema será identificado, inserido na agenda e buscadas todas as soluções possíveis para resolução, apresentando estudos de causa e efeito que embasarão a viabilidade de agir ou permanecer como está, evitando-se gastos ou agravamentos das situações postas como problemas.

São várias as fases que envolvem uma boa formulação de políticas públicas, desde a identificação do problema, sua inclusão na agenda, criação de alternativas, formulação de

indicadores até chegar à implementação. É o momento de pensar em soluções criativas e inovadoras e nos efeitos que elas terão, mas isso não significa que essas soluções possam ser subjetivas o suficiente sem nenhum estudo. As evidências demonstram que o desenho inadequado das políticas pode contribuir para o empobrecimento do país, como destacado por Mendes (2022). Essas políticas podem perpetuar desigualdades, favorecer interesses particulares em detrimento do bem comum e gerar impactos negativos a longo prazo.

Portanto, é crucial aprender com os erros e promover uma abordagem mais cuidadosa e holística na formulação e implementação de políticas públicas. Isso envolve a inclusão de diferentes perspectivas, a avaliação rigorosa dos impactos sociais e econômicos, bem como a transparência e o engajamento público. Ao fazermos isso, podemos construir um futuro mais resiliente e próspero, evitando os equívocos do passado e trabalhando em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Não se pode planejar uma política pública para nunca ter fim, visto que ela pretende resolver algum problema previamente identificado e não a perpetuação deste.

Por exemplo, Sumiya (2017), ao analisar a política pública de educação do estado do Ceará, mais precisamente "a hora da educação", a autora realizou uma entrevista com o então idealizador do projeto que começou na cidade de Sobral, o autor relatou que a política pública tinha começado sem um estudo prévio, apenas com o conhecimento "popular". Investiu-se em concurso público para provimento dos cargos de professor, aumentou-se o salário, reformou-se escolas, iniciou-se uma política de matrícula em massa, mas os resultados não vieram. Foi então que se parou para formular a política pública de educação. Eis que é necessário verificar o passo a passo para formular uma política pública.

O ponto de partida para a formulação da política pública é a identificação do problema público. Apesar de ser um ponto crucial para a realização de políticas públicas, esta etapa é tratada apenas como um ponto inicial para a participação política e definição de agenda, ou apenas na definição da própria agenda (Stone, 1989). O problema público é a diferença entre o problema atual e a situação desejada, é o que se tem e o que se quer (Ferreira, 2013). Os problemas em uma sociedade são muitos, às vezes mais ou menos abrangentes, todavia é necessário verificar quando um problema privado se transforma em público. Para a ciência política, os problemas só são assim considerados quando são passíveis de intervenção humana (Stone, 1989). Para tanto, é fundamental a Política. A política, no sentido de serem as mais diversas práticas que existem para influenciar pessoas, é a ferramenta que vai fazer com que o problema seja reconhecido pela agenda governamental e/ou pela sociedade civil e que tornará o privado em um problema público (Capella, 2018).

Autores como Schattschneider (1960), Cobb e Elder (1971) dedicaram-se a explicar como os problemas sociais se transformam em públicos. O primeiro desenvolveu a ideia de que é através da mobilização política de algum grupo/instituição sobre um problema e sua perspectiva sobre a possível resolução influenciará outros grupos maiores à se engajar o suficiente para encampar sua ideia e fazê-lo entrar na agenda, ao mesmo tempo que impede outros grupos de mobilizar a atenção para seus problemas e visões. A partir desse entendimento, Cobb e Elder levantaram a discussão sobre a restrição de acesso à produção de políticas públicas a apenas alguns grupos (Capella, 2018).

Mais tarde, Stone, em 1989, desenvolveu um estudo para demonstrar que o mesmo grupo que torna um problema privado em público não deixa de agir ainda que sua visão seja vitoriosa e o problema entre na agenda. Esse grupo lutará para que suas ideias influenciem a forma como a política pública será orientada. Rochefort e Cobb (1994) também reforçam a ideia do cunho político do problema. Como vivenciado, os problemas que circundam a sociedade são muitos. Não há empirismo puro e simples para encontrá-los e solucioná-los. Os problemas são construções políticas formuladas por diversos interesses dos atores que estão atuando na arena política. São conjuntos de ideais propostos de maneira formal e informal que compõem o jogo político (Capella, 2018).

Os problemas que comumente chegam aos formuladores de políticas públicas são caracterizados por não serem bem delimitados, seja setorial, organizacional ou geograficamente. Estão associados a bens públicos, demandam ações conjuntas, não têm fácil resolução ou se desdobram em vários outros. São intrincados tecnicamente ou politicamente, contêm riscos ou incertezas, implicam prejuízos significativos para um grupo ao mesmo tempo em que geram ganhos para outros e tratam da redistribuição de renda (Peters, 2015 *apud* Capella, 2018).

Acrescente-se a estas características um tipo de problema que ganhou o nome de *wicked problems*. Mais complexos, são tidos como problemas que, sem resolução, envolvem questões sociais sem solução verdadeira ou falsa, em que a utilização de experiências passadas não têm grandes aplicações e, por vezes, a formulação da política é que vai delimitá-los (Luna e Palotti, 2019). Mas nem todo problema difícil é um de *wicked problems*. Estes são na maioria problemas sociais, por exemplo, mudanças climáticas, e, no dizer de Rittel e Webber (1973), pouco a ciência pode contribuir na sua resolução.

Escrito tudo isso a respeito do problema, nota-se o quão crucial é sua identificação e sua transformação em público e a importância dos atores/grupos em incluí-lo na agenda. A

inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de uma decisão das autoridades públicas (Garraud, 2004).

A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar a forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importantes (Secchi, 2016, p. 46).

Assim, observa-se que a agenda não é apenas um ato de governo, mas da sociedade civil organizada, e por motivos óbvios, esta apenas assim o será em sociedades democráticas, onde é possível a participação popular. Brasil e Capella (2015) remetem o estudo da agenda governamental ainda aos estudos de Dahl, que com sua ótica pluralista em 1956-1961 passa a contestar a elite política à época dominante e começa a infundir a ideia que qualquer problema pode motivar o engajamento de grupos plurais e não apenas de um único grupo dominante, assim o jogo político ocorre em sociedades mais próximas da Poliarquia.

Mais tarde, Cobb e Elder, em 1971, partindo também da ideia que a agenda não é simplesmente formada pelo governo e pela elite dominante, trazem a ideia da existência de dois tipos de agenda, uma sistêmica, que é formada pela sociedade, com vista a atrair a atenção governamental, e uma outra agendagovernamental, que é formada pelos tomadores de decisão por assuntos considerados importantes por eles. Assim, nem tudo que desperta o interesse social, vai fazer parte da agenda governamental, haja vista os interesses políticos (Capella, 2018).

Há ainda outro tipo de agenda regida pela influência da mídia. Advinda da área da comunicação, essa é uma agenda que tem por base os problemas que a mídia procura destacar. Assim como nas outras, alguns problemas são ignorados, outros são selecionados para ter destaque nos meios de comunicação e visam criar ou instigar a opinião pública sobre os problemas selecionados, no entanto, os estudos em políticas públicas têm como foco principal analisar a agenda governamental (Brasil e Capella 2015; Capella, 2018).

Outra importante contribuição foi dada por Kingdon (1995). Ele traz uma subdivisão da agenda governamental com a noção de agenda decisória. A ideia segue o mesmo entendimento de Cobb e Elder quanto à agenda sistêmica. Nem tudo que os tomadores de decisão colocam na agenda governamental vai se transformar em política pública, posto que muitos temas são trazidos à baila e estão prontos para "um fazer" do governo. Logo, é importante ter uma agenda decisória, que são os temas que passam por todo processo de escolha e estão aptos a serem efetivados pelas políticas públicas, sendo importante destacar

que estes nem sempre são aqueles que estão na lista de prioridade do governo, mas sim os que são passíveis de intervenção ativa por parte dele.

Perpassada a inclusão do problema na agenda, chega-se à etapa de formulação de alternativas. Neste momento, inicia-se a construção de alternativas para a solução de um problema social, que podem ser diversas, inclusive a "omissão deliberada". É aqui que se mensuram os impactos, faz-se a análise de custos, benefícios e a projeção dos efeitos da possível realização de políticas públicas. É o período em que os diversos atores formulam propostas para solução do problema incluído na agenda. Aqui também é o momento de utilização *das policy tools*. Dentre as ferramentas existentes para construção de alternativas estão a burocracia, o financiamento e a regulação.

Por fim, chega-se à tomada de decisão. A decisão é a seleção da alternativa dentre as formuladas para solução do problema. No geral, vários atores se envolvem no debate sobre problemas públicos, no entanto, neste momento do processo de formulação só o gestor ou os ocupantes de altos cargos têm legitimidade, em regra. A literatura da área destaca, dentre outros, dois modelos para embasar essa escolha, o modelo racional e o incrementalista. O primeiro não leva em consideração os atores, a boa decisão para os racionalistas é pautada em otimizar e maximizar a utilização de recursos. A escolha racional investiga as causas do problema e observa todas as alternativas possíveis e compara qual trará mais benefício. Para a escolha racional, a incerteza não é um empecilho, tendo em vista que se observado todo o processo pode se associar a cada alternativa ao risco da sua escolha, ou seja, realizar a gestão de risco.

Já para o modelo incrementalista, a escolha da alternativa ocorre com base na satisfação dos atores envolvidos. Não busca atingir uma solução ótima, efetiva, orientada pela otimização e maximização da alternativa, basta ser satisfatória. Um método muito conhecido, baseado no modelo incrementalista é o modelo de Kingdon (1995). Ainda, uma nova vertente de escolha, muito utilizada no campo da saúde e que tem se expandido para outras áreas é política pública baseada em evidência, que nada mais é, sob uma perspectiva tradicional, do que a tomada de decisão baseada em evidências científicas (Pinheiro, 2022). Como ainda não está disseminada, até pela quantidade e qualidade dos estudos já debatidos, alguns dos motivos aqui merece nossa atenção.

Por fim, é preciso destacar que os estudos científicos relativos à identificação de problemas na formulação de políticas públicas ainda são escassos e dispersos. O estudo sobre formulação de políticas públicas tem sido deixado de lado. Batista *et al.* (2021) acredita que isso tem se dado porque foi um assunto muito debatido desde os primeiros estudos de política

pública no Brasil, levando os cientistas nacionais a acreditarem que o tema está superado. Faria (2012) leva a crer que por ser um tema consolidado e bastante debatido nas ementas de cursos, não seria tema novo e inspirador. O fato é que os estudos nessa área definharam, após um início muito promissor nas décadas de 1970 e 1980 (Howlett, 2014). Mas tem ganhado fôlego novo atualmente.

Autores internacionais têm visto o processo de formulação de acordo com uma nova realidade que os primeiros cientistas como Laswell não previram. Acontecimentos pouco previsíveis naquela época, como a globalização e formação de uma comunidade internacional, com problemas públicos globais, tem ganhado atenção da mídia e dos estados nacionais. Fenômenos como a internacionalização e a globalização têm afetado a formulação de políticas públicas especialmente dos países em desenvolvimento não tem passado despercebido pela literatura internacional. Akanle e Omobowale (2022) enfatizam como a influência internacional das nações economicamente avançadas, como EUA e China, e de organizações internacionais como FMI e Banco Mundial podem ser prejudiciais nas políticas públicas locais de países menos prósperos mesmo com a ajuda financeira concedida e os investimentos em parcerias comerciais. É que a “ajuda financeira” vem acompanhada de planos de austeridade e a implantação de políticas públicas que muitas vezes não atendem às necessidades locais e não atingem a finalidade de resoluções de problemas públicos locais relevantes que deveria fundamentar uma boa política pública.

Outro ponto foi levantado por Patel (2020). Ele informa que à medida que as sociedades vão se tornando mais heterogêneas e diversificadas, as políticas dirigidas à pessoa “média” tendem a não funcionar bem. Para evitar políticas públicas que não funcionem, ele sugere que o processo das políticas de políticas públicas evite o trabalho isolado, o imediatismo na tomada de decisão e ajam de forma preventiva a evitar problemas complexos. Neste último caso, o autor exemplifica com o envelhecimento da sociedade, uma situação atual, sugerindo ações preventivas voltadas para o bem-estar, evitando possíveis problemas futuros no âmbito da saúde, que tendem a serem mais complexas e custosas socialmente.

Yang *et al.* (2023) aduz que os problemas sociais crescem na mesma rapidez do desenvolvimento econômico e que os temas prioritários em questões profundamente complexas e diversificadas, como equidade e sustentabilidade, mudanças no planejamento energético e a transição dos mercados modernos, têm implicações importantes na decisão política, mas que cientificamente pouco se tem produzido como evidências para o desenvolvimento de bem comum voltado ao que chama de comunidade internacional, ainda que no futuro.

Ao estudarem o uso da cannabis medicinal na Suíça, Mavrot, Hadorn e Sager (2023) enfatizam que a prática política muitas vezes se desassocia das evidências científicas a categorizando como mero argumento. Por isso, Radaelli (1995) ressalta a necessidade de conhecimento do jogo político como estratégia de definição de agenda e criação de uma comunidade epistêmica. Mas a falta de interação entre a Academia e os profissionais que estão envolvidos na política pública também é uma barreira a ser considerada. Cairney (2014) aponta como os discursos são descompassados e a conversa precisa de uma tradução. Mostra uma Academia distante da realidade e profissionais que não buscam a ciência, sugerindo que a conversa direta seria um facilitador.

Salas-Zapata (2012) completa que os acadêmicos, ao utilizarem uma abordagem muito positivista, ignoram os processos subjetivos que são intrínsecos às políticas públicas, o que pode afastar a interação com os tomadores de decisão, concluindo que os pesquisadores deveriam construir modelos e métodos capazes de facilitar o aprendizado e participação de modo a melhorar a comunicação e a cooperação entre eles.

Mas o conhecimento, por si só, não garante uma boa formulação de políticas públicas. Diante de problemas “grandes” e complexos a ciência é essencial, mas não é única. Problemas como alterações climáticas, que envolvem uma gama de questões sobre políticas internas, externas, interesses e preferências de indivíduos e grupos associados à questão política podem gerar incertezas, sendo amenizadas com o maior número de informações possíveis (Nair; Howlett 2017). Outros problemas públicos devem ser atacados pelo “não fazer”. No entanto essa saída é pouco considerada quando se tem em conta o jogo de interesses políticos. Alguns decisores políticos parecem acreditar que “um pouco é melhor do que nada”, quando na verdade “um pouco” pode resultar em nenhum impacto em longo prazo (McLennan; MacMillan, Jamieson, 2004).

Outro desafio apontado é o reinventar a política. A política pública poder ser iniciada com base em evidências científicas, mas por questões culturais ou históricas, por exemplo, não logram êxito, então os caminhos das adaptações culturais poderiam modificar a política existente, mas esta é uma solução pouco utilizada, assim, sem estudos suficientes para embasá-la (Castro; Barrera Jr.; Holleran-Steiker, 2010).

Como se pode observar, nos exemplos mencionados, muito pode ser explorado no caminho de uma boa formulação, não podendo o campo ser relegado ao conhecimento do início da década de 70. São vários os problemas apontados no campo, que merecem a atenção e o mesmo espaço das avaliações e implementações de políticas públicas.

Além da literatura convencional, neste trabalho ousamos utilizar como forma de identificar os desafios para a formulação das políticas públicas foram através as inteligências artificiais *ChatGPT* (3.5) e *Gemini Google*.

Mesmo não sendo elas utilizadas para se obter a resposta do trabalho, não podemos nos furtar a sua utilização hodiernamente. Aqui, os riscos enfrentados ao utilizar este tipo de ferramenta, foram mitigados com a máxima da transparência. É sabido que tem havido uma tendência a superestimação por parte de cientistas que passaram a adotar robôs e algoritmos, ou até mesmo substituir humanos em experimentos sociais, sob o argumento de melhorar a produtividade e a objetividade através da superação das deficiências humanas. Entretanto, há perigos que vão desde o mais simples, como a produção de conhecimentos rasos, até mais complexos como tornar a ciência menos inovadora e mais vulnerável a erros. O ChatGPT, por exemplo, é conhecido por “alucinar” ou inventar informações, e a lógica por detrás das decisões de aprendizado de máquina permanece obscura (Messeri; Crockett, 2024).

Assim, aqui foram consultadas no intuito de agregar possíveis respostas ao problema de pesquisa, segundo a literatura especializada. A escolha por essas plataformas de inteligência artificial foi motivada pela sua popularidade, extensa adoção e disponibilidade de versões gratuitas. O rápido avanço das novas tecnologias, especialmente no meio acadêmico, permite aproveitar ao máximo essas inteligências artificiais, consideradas verdadeiros marcos em várias áreas do conhecimento, facilitando a extração rápida, econômica e refinada de dados (Carvalho, 2021).

Nesse contexto, para as duas plataformas, foi apresentada a seguinte questão: "De acordo com a literatura especializada em políticas públicas, quais são os principais desafios na formulação de políticas públicas? Por favor, inclua referências bibliográficas em sua resposta." As respostas de ambas as plataformas foram compiladas no Quadro 1.

Quadro 1– Problemas de formulação - IA's

ChatGPT	Referências bibliográficas - ChatGPT	Gemini-Google	Referências bibliográficas - Gemini-Google
Complexidade dos Problemas: Muitos problemas enfrentados pelas políticas públicas são complexos e interconectados,	Sabatier (2007).	Falta de diagnóstico preciso: Descrição superficial do problema; ignorância das diferentes perspectivas e interesses dos grupos afetados; falta	Souza, C. (2019). Diniz, E. (2016).

envolvendo múltiplos atores, interesses e variáveis.		de dados e indicadores confiáveis.	
Falta de Participação e Inclusão: A falta de participação dos cidadãos e grupos afetados pode levar a políticas que não refletem adequadamente as necessidades e perspectivas daqueles que serão impactados por elas. A inclusão de uma variedade de vozes e perspectivas é fundamental para garantir a legitimidade e eficácia das políticas públicas (Fischer, 2003).	Fischer (2003).	Ausência de participação social: falta de mecanismos de participação da sociedade civil; falta de representatividade dos grupos afetados; falta de canais de comunicação eficazes que dificultam a participação da população na formulação da política.	Arretche, M. T. S. (2015). Cunha, A. C. S. da, & Melo, M. C. de S. (2017).
Conflitos de Interesse e Poder: Os interesses divergentes dos diversos atores envolvidos podem levar a conflitos que dificultam a formulação e implementação de políticas públicas eficazes (Hill & Hupe, 2002). Esses conflitos podem surgir de diferenças ideológicas, distribuição desigual de recursos e poder, entre outros fatores.	Hill, M., & Hupe, P. (2002)	Incoerência com outras políticas: Falta de articulação entre diferentes áreas do governo sem levar em consideração as demais políticas públicas existentes, o que pode levar à incoerência e à ineficiência das políticas; falta de planejamento estratégico de longo prazo; falta de mecanismos de acompanhamento e avaliação.	Bresser-Pereira, (2017).
Falta de Evidências Empíricas: A formulação de políticas públicas muitas vezes carece de uma base sólida de evidências empíricas. Muitas políticas são desenvolvidas com base em suposições ou ideologias, em vez de	(Dunn, 2017).	-	-

dados concretos e análises rigorosas.			
Limitações orçamentárias e Recursos Limitados: A escassez de recursos financeiros e humanos muitas vezes impõe limitações significativas à formulação de políticas públicas. Isso pode restringir as opções disponíveis e exigir escolhas difíceis sobre alocação de recursos (Bardach, 2012).	Bardach, E. (2012).	-	-

Fonte: ChatGPT (2024); GEMINI (2024).

O ChatGPT identificou cinco problemas principais, enquanto o GEMINI apontou três obstáculos à formulação, todos informando a referência bibliográfica correspondente. O primeiro ponto é que os problemas apresentados estão em consonância com problemas encontrados na bibliografia utilizada para realização deste trabalho. O segundo ponto relevante quanto a pesquisa realizada nas IA's é a parte da referência bibliográfica apontada como literatura especializada na área. Em pesquisa realizada no site de busca *google* todas as referências indicadas pelo ChatGPT existem, já a do GEMINI não. Em que pese se tratar de autores da área, com obras relativas à temática, os artigos e livros informados não existem. Contudo, não deixa de ser interessante pesquisar se estes temas informados são retratados pela literatura especializada utilizando a "forma tradicional" de conhecimento.

Destarte, o primeiro ponto de convergência entre os resultados de ambas as plataformas é a falta de participação da sociedade civil na formulação de políticas. Milani (2008), por exemplo, discute a importância da escuta e participação efetiva da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas. Outro exemplo da repercussão da falta de participação social pode ser visto na política pública do "Mais Médicos". Martins *et al.* (2017), ao analisarem o programa, destacam como ele foi concebido para aumentar o acesso à saúde em áreas remotas e carentes, mas enfrentou resistência tanto da população-alvo quanto da classe médica. A vinda de profissionais estrangeiros ou brasileiros formados no exterior resultou em críticas severas e não resolveu efetivamente o problema. Questões como idioma, financiamento e adesão ao programa colocam em dúvida sua eficácia.

O impacto político na formulação de políticas públicas é discutido por Frey (2000). Esse problema também é destacado pelas IAs. Mudanças drásticas e frequentes nas administrações têm um impacto direto nas prioridades técnicas e materiais, na cooperação e na participação, prejudicando a continuidade ou evolução das políticas existentes e afetando o planejamento de longo prazo. Tanto as mudanças abruptas quanto a rigidez ou uniformidade na abordagem de um mesmo problema têm efeitos prejudiciais nas políticas públicas.

A influência política também é abordada por Peters (2018), que argumenta que a falta de coordenação entre as instituições políticas responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas pode resultar em esforços redundantes, inconsistências nas políticas e, conseqüentemente, ineficácia nas ações governamentais. Isso é evidente na política nacional de mudanças climáticas, que não está integrada à política agrícola e de infraestrutura, como também a política nacional de saúde indígena, que dificulta o acesso à saúde de qualidade para a população indígena por falta de articulação com a política geral de saúde.

A necessidade de um referencial teórico sólido também é enfatizada por Nutley (2003), que destaca a importância de políticas públicas baseadas em evidências sólidas para evitar o uso de suposições e especulações na formulação de políticas. Dunn (2017) complementa, observando que muitas políticas são influenciadas por crenças pessoais, pressões políticas ou interesses especiais, o que as desvincula da busca por soluções eficazes. Por último, Lasswell (1971), fundador da disciplina, também menciona como a falta de recursos financeiros e humanos adequados pode afetar a formulação e a implementação de políticas públicas.

Neste estudo, nosso objetivo é investigar esses problemas de formulação de políticas públicas com maior profundidade. Buscaremos identificar na base de dados selecionada a existência desses e de outros problemas relatados pelos pesquisadores nacionais, com o intuito inicial de contribuir, mesmo que modestamente, para o processo de formulação de políticas públicas. Acreditamos que abordar essas questões de forma sistemática e fundamentada em dados fornecidos por vários cientistas da área pode enriquecer o referencial teórico e aprimorar o desempenho das políticas públicas.

3. METODOLOGIA

Revisar é o ato de revisitar, reexaminar e analisar novamente. Quando nos referimos à revisão da literatura, estamos basicamente falando sobre a análise crítica e abrangente das fontes disponíveis. No método científico, esse processo pode se dar de três maneiras: uma narrativa, também conhecida como tradicional ou de conveniência; a integrativa e outra sistemática (Alves *et al.*, 2022).

A primeira abordagem de revisão não segue uma metodologia específica, deixando ao pesquisador a responsabilidade pela identificação, análise e interpretação dos estudos. Essa abordagem, por sua natureza mais livre, apresenta o risco de enviesamento dos resultados, direcionando-os para confirmar as crenças prévias dos pesquisadores, comprometendo assim a validade científica do estudo. Além disso, a falta de um método definido pode dificultar a replicação do estudo por outros cientistas, tanto para validar os resultados quanto para utilizar a metodologia em pesquisas futuras (Alves *et al.*, 2022; Okoliet *al.*, 2019; Sampaio; Mancini, 2007).

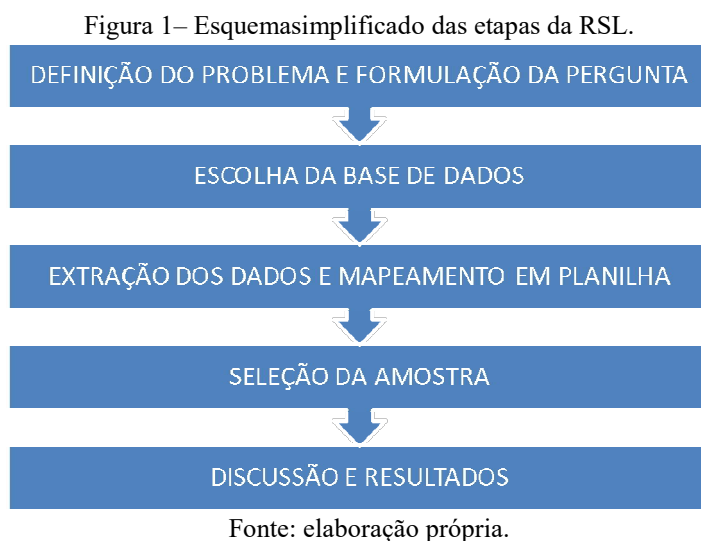
Já uma revisão integrativa é bem mais próxima de uma revisão sistemática. Este tipo de revisão, apesar de ter um conteúdo mais amplo, é o único método de revisão da literatura que permite a combinação de diversas metodologias, para a análise de diversos pontos de vista e abordagens sobre o tema. Além disso, o método integrativo permite a síntese de evidências de forma mais ampla, incorporando resultados de estudos experimentais e não experimentais, estudos qualitativos e quantitativos, ensaios clínicos controlados, estudos observacionais, revisões sistemáticas e metas-análise (Whittemore e Knafl, 2005).

Por outro lado, a revisão sistemática segue um protocolo que garante a seleção e análise da literatura de forma rigorosa e transparente, permitindo a replicação do estudo, desde que seguidos os passos definidos no protocolo (Galvão e Ricarte, 2020). Conforme destacado por Galvão e Pereira (2014), as revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, utilizando os estudos primários como fonte de dados. A partir da literatura especializada, é constituído um banco de dados que responderá à pergunta de pesquisa inicialmente formulada. É essencial frisar, como apontado por Sampaio e Mancini (2007) e Okoliet *al.* (2019), a importância de uma pergunta de pesquisa clara e objetiva, fundamental para o desenvolvimento adequado da pesquisa e para alcançar os objetivos estabelecidos.

É crucial ressaltar que a adoção de critérios pré-definidos confere maior credibilidade à pesquisa. Amplamente utilizada no campo das ciências médicas, a revisão sistemática tem ganhado destaque nas ciências sociais, buscando promover pesquisas replicáveis e

contribuindo para a avaliação do conhecimento disponível sobre determinados temas. Isso ajuda a determinar o que já foi estudado e o que ainda requer investigação mais aprofundada (Galvão; Pereira, 2014; Brizola; Fantin, 2017).

Dessa forma, podemos concluir que a revisão sistemática da literatura é um método estruturado para mapear as fontes e responder a uma pergunta de pesquisa. A figura (1) esquematiza de forma simplificada essa sequência.



Com o intuito de conferir maior credibilidade à revisão sistemática da literatura, diversos protocolos estão disponíveis. Esses protocolos consistem em listas de verificação projetadas para garantir que a pesquisa siga todas as etapas necessárias para ser considerada uma revisão sistemática da literatura. Atualmente, muitas publicações exigem a submissão de um desses protocolos para a publicação de uma revisão sistemática.

Não são os pesquisadores que desenvolvem os protocolos a serem seguidos; existem plataformas especializadas que fornecem essas listas de verificação. Entre elas, destacam-se o PRISMA e o CASP (Galvão e Ricarte, 2020). Ambos exigem que uma lista de perguntas seja respondida ao final da pesquisa e apresentam variações dependendo do objeto de estudo. Neste trabalho, para validar nossa revisão sistemática, utilizaremos o protocolo PRISMA (PRISMA, 2024). A opção por este protocolo se deu por alguns fatores. Primeiro, sua ampla aceitação e reconhecimento pela comunidade científica, inclusive sendo determinado o uso em algumas revistas especializadas (são exemplos a Revista da Escola de Enfermagem da USP; Cadernos de Saúde Pública; Ciência & Saúde Coletiva; *PLOS Medicine*; *Cochrane Database of Systematic Reviews* etc); depois a sua estrutura clara e detalhada, que facilita a replicabilidade da pesquisa e seu uso, e, por fim, a evidência de qualidade, já que estudos

realizados seguindo o protocolo tendema ser vistos como de maior qualidade devido à sua abordagem sistemática e rigorosa.

Como mencionado, a revisão sistemática tem sido cada vez mais empregada na área da ciência política, contribuindo para o campo das políticas públicas ao ampliar o conhecimento sobre as evidências existentes e sua qualidade, podendo orientar estudos futuros. Embora haja várias revisões sobre o tema em questão, esta dissertação guarda singularidade pelo escopo e enfoque temático específicos.

Apesar de não se tratar de uma revisão sobre revisões, é importante destacar que a presente dissertação pretende realizar uma revisão sistemática da literatura com um escopo e enfoque distintos. Enquanto revisões anteriores na área têm abordado políticas públicas de forma geral, como no artigo de Batista *et al.* (2021), ou com foco em etapas específicas, como no artigo de Sousa *et al.* (2022), nossa abordagem metodológica se concentra em identificar problemas na fase de formulação das políticas públicas tendo o caso brasileiro sempre como enfoque. Batista *et al.* (2021) cita as revisões sistemáticas realizadas por Agum, Riscado e Menezes (2015); Arretche (2013); Brasil e Capella (2016); Capella, Soares e Brasil (2014); Capella (2006); Lamba, Silvestre e Correia (2019); Marques e Souza (2016); Melo (1999); Souza (2003; 2006).

Além disso, é relevante mencionar os critérios de inclusão e exclusão adotados. Neste tipo de pesquisa, é comum estabelecer um período de estudo como critério de análise. No presente estudo não foi definido um período específico, mas há um corte temporal definido pela amostra já que os primeiros achados que foram considerados remontam ao ano 2000 e limitamos os últimos achados ao ano 2022, já que foi o ano da coleta de dados, definindo-os como o marco temporal inicial e final. Da mesma forma, não houve restrição quanto à língua ou à origem das publicações.

Na discussão dos resultados, observamos a presença de artigos em inglês e espanhol, publicações internacionais e estudos predominantemente práticos, focados na formulação de estudos de caso. Para realizar a revisão sistemática da literatura e responder à nossa pergunta de pesquisa, selecionamos dados de cinco bases de dados da lista na plataforma de periódicos da CAPES: *Scopus*, *Web of Science*, *Google Scholar*, *Scielo (web of science)* e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, até o ano de 2022. Isso amplia consideravelmente a pesquisa devido à relevância e à ampla indexação dessas bases, além do acervo multidisciplinar que oferecem.

É importante ressaltar que, nas quatro primeiras bases, foram selecionados apenas artigos de revisão e com acesso aberto para o texto *full* para aumentar o filtro e facilitar a

pesquisa. Além disso, termos em inglês foram utilizados para a pesquisa nessas bases, assim como o operador booleano. Para ilustrar os procedimentos adotados, a Tabela 1 apresenta um resumo dos métodos utilizados para obter o número total de estudos incluídos na pesquisa.

Tabela 1 - Procedimentos

Banco de dados	Descritores	Data da busca	Resultados	Resultados sem documentos duplicados
Scopus	"formulation" AND "problem*" AND "public policy" AND "Brazil"	30/12/2022	22	22
	"formulation" AND "issues" AND "public policy" AND "Brazil"			
Web ofscience	"formulation" AND "problem*" AND "public policy" AND "Brazil"	30/12/2022	5	4
	"formulation" AND "issues" AND "public policy" AND "Brazil"			
Google scholar	"formulation" AND "problem*" AND "public policy" AND "Brazil"	15/10/2022	887	428
	"formulation" AND "issues" AND "public policy" AND "Brazil"			
Scielo (web ofscience)	"formulation" AND "problem*" AND "public policy" AND "Brazil"	10/04/2024	14	7
	"formulation" AND "issues" AND "public policy" AND "Brazil"			
Catálogo de teses e dissertações da Capes	"problemas" AND "formulação" AND "políticas públicas" AND "Brasil"	15/10/2022	113	113
TOTAL			1041	574

Fonte: elaboração própria.

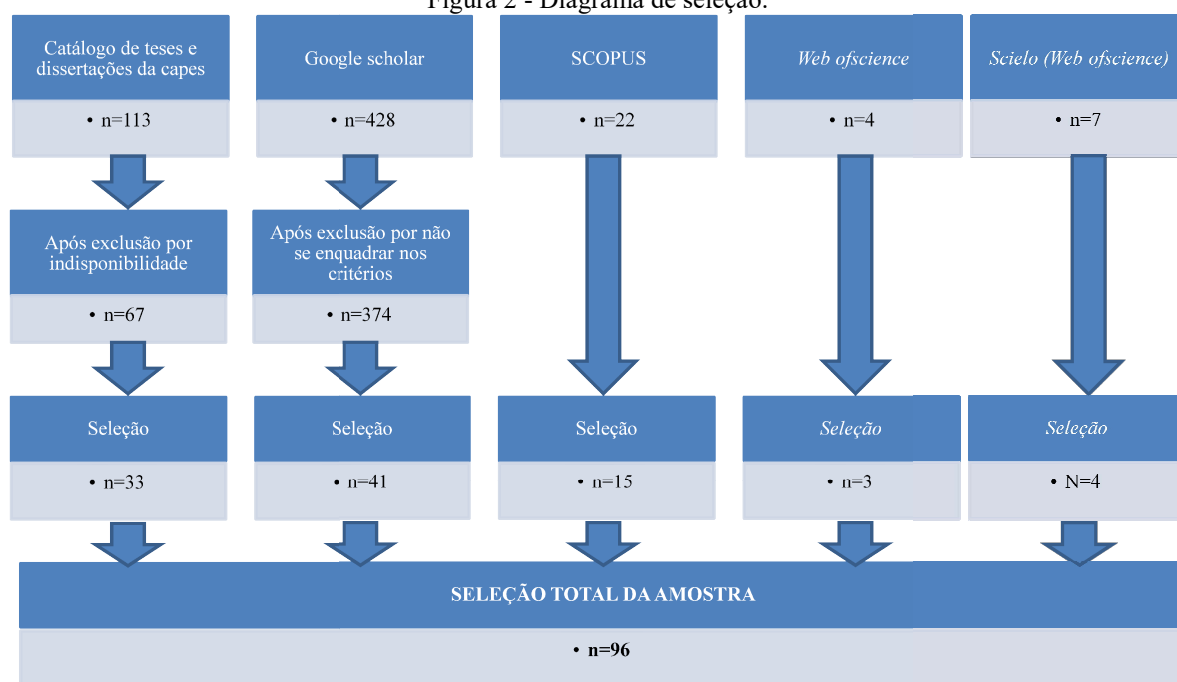
Cumprir fazer algumas considerações a respeito da seleção das amostras, de acordo com as bases de dados escolhidas. Na base "Catálogo de Teses e Dissertações da Capes", após realizar a busca de acordo com os termos já descritos, obtivemos um total de 113 resultados. No entanto, todas as dissertações e teses encontradas foram cadastradas antes da plataforma Sucupira, não disponibilizando nem o resumo, muito menos o conteúdo. Assim, para tornar a pesquisa mais clara e facilitar a replicabilidade, um dos principais objetivos desse tipo de

revisão, buscamos nos repositórios informados e no buscador *Google*. Destes, apenas 67 estavam disponíveis, dos quais, após a leitura do título e resumo, chegamos a um total de 33.

No caso do *Google Scholar*, o número de casos encontrados, seguindo os descritores e filtros mencionados anteriormente, foi de 428. Contudo, mesmo utilizando os filtros permitidos no sistema (acesso aberto e artigos de revisão), ao analisar os títulos, resumos, ainda encontramos trabalhos sem acesso aberto, o que impossibilitaria a verificação do eixo substantivo (33) e artigos que não eram de revisão (21). Assim, esses foram excluídos por não atenderem ao escopo preliminarmente definido, resultando em um total final de 374, dos quais selecionamos, após a leitura por pertinência temática, 41 para análise.

Quanto aos demais bancos de pesquisa não se encontraram desvios dos critérios propostos no início da pesquisa – todos estavam com o acesso aberto para o texto completo e se tratavam de artigos de revisão, resultando na seleção, após a leitura de títulos e resumos de 15 na *Scopus*, 3 na *Web of Science* e 4 na (*ScieloWeb of Science*).

Figura 2 - Diagrama de seleção.



Fonte: elaboração própria.

Definidos esses critérios para a formação do banco de dados, retirando os duplicados e selecionando a amostra a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, foi realizada a leitura completa das obras selecionadas observando três eixos: o bibliométrico, o metodológico e o substantivo.

No eixo bibliométrico, destacaremos as seguintes informações: autores, títulos, ano de publicação, periódico/revista da publicação, área da revista, fator de impacto da revista, idioma da publicação, número de citações e escopo temático. Essa escolha foi motivada pelo levantamento de algumas informações relevantes sobre o contexto de produção da área.

No eixo metodológico, verificaremos qual o tipo de pesquisa mais utilizado, a técnica de coleta de dados, além de verificar se versam sobre estudo de caso, estudo comparado ou genérico sobre a temática de políticas públicas.

Por fim, no eixo substantivo, nos concentraremos em aspectos conceituais e conclusivos acerca da literatura em questão, destacando quais os modelos de política pública utilizados para tratar das políticas, quais os problemas reportados durante o processo de formulação, bem como em qual unidade administrativa foram centradas as publicações.

Quadro 2 - Eixos da pesquisa com suas variáveis.

Eixo bibliométrico	Eixo metodológico	Eixo substantivo
Autores	Tipo de pesquisa	Referencial analítico – modelos
Títulos	Técnica de coleta de dados	Problemas de formulação
Ano de publicação	Amplitude do estudo	
Periódico/Revista da publicação		
Área da revista		
Fator de impacto da revista		
Idioma da publicação		
Número de citações		
Escopo temático		

Fonte: elaboração própria.

Com base em todas essas análises, o presente estudo visa não só mapear os principais problemas de formulação em políticas públicas, mas também trazer informações que possam

evitar a repetição de erros e auxiliar na elaboração de políticas públicas capazes de contribuir para a geração de valor público.

Definidos esses critérios para a formação do banco de dados, retirando os duplicados e selecionando a amostra a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, analisaremos a literatura selecionada observando três eixos: o bibliométrico, o metodológico e o substantivo.

Com base em todas essas análises, o presente estudo visa não só mapear os principais problemas de formulação em políticas públicas, mas também trazer informações para aumentar o repertório da política pública baseada em evidências.

4. RESULTADOS

Neste capítulo serão descritos os resultados obtidos em cada um dos três eixos propostos na metodologia, de maneira individual, com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa. Primeiramente, analisaremos o eixo bibliométrico e cada uma das variáveis propostas, seguidos do eixo metodológico e, por último, a discussão substantiva.

4.1.Eixo Bibliométrico

Uma revisão sistemática pela bibliometria implica a aplicação de métodos bibliométricos para analisar e sintetizar a literatura acadêmica em uma área específica de estudo. A análise bibliométrica de um texto envolve examinar diferentes aspectos quantitativos e qualitativos relacionados à sua produção, impacto e contexto dentro da literatura acadêmica. Alguns exemplos das principais métricas e dimensões consideradas incluem a quantidade de citações; os autores, tanto em termos de sua qualificação quanto de coautoria; o tipo de periódico, bem como sua avaliação e reconhecimento; e as redes de citações, utilizando instrumentos tecnológicos.

Dessa forma, é evidente que podemos gerar várias abordagens de análise com base nesse conjunto de métricas. Para delimitar este trabalho, foram definidas as seguintes variáveis a serem observadas: autores, títulos, ano de publicação, periódico/revista da publicação, área da revista, fator de impacto da revista, idioma da publicação, número de citações e escopo temático. Essa escolha foi motivada pela pesquisa de informações relevantes sobre o contexto de produção na área.

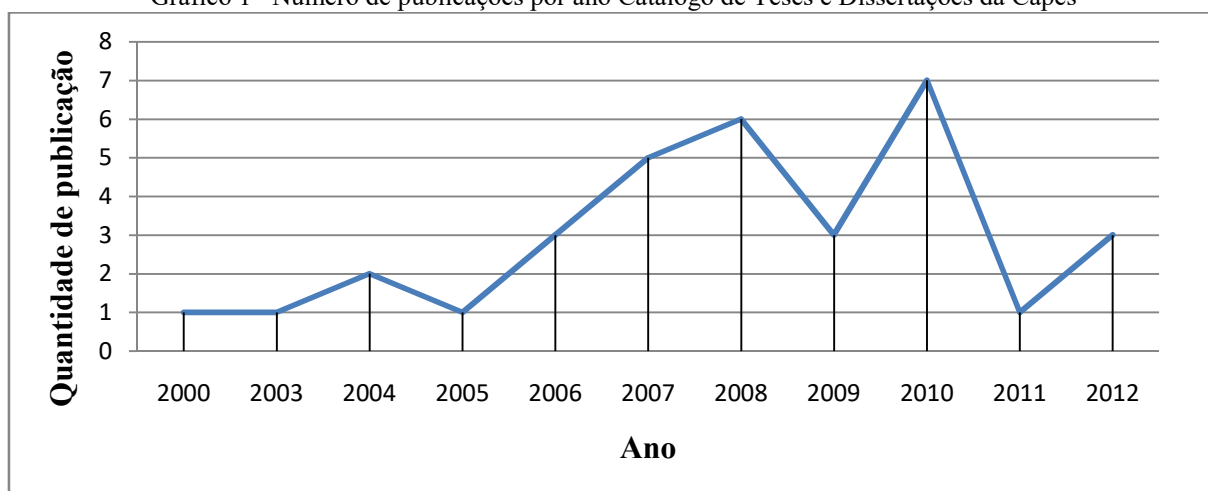
Inicialmente, é importante fazer uma distinção. A seleção foi realizada em cinco bancos de dados, sendo um deles o catálogo de teses e dissertações da Capes, que contém diferentes tipos de texto. Essa escolha não foi aleatória, mas sim motivada pelo desejo de retratar o estudo em políticas públicas pela Academia brasileira. Embora a produção mais recente no campo de políticas públicas pelas universidades brasileiras tenha ocorrido um pouco antes dos anos 2000, com um total de 113 casos, após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, seja pela falta de acesso ao texto, seja pela pertinência temática, o número foi reduzido para 33, sendo a publicação mais recente datada de 2012 e a primeira catalogada em 2000. A justificativa para essa data inicial remonta à ausência de repositórios unificados nacionais. Embora a análise de políticas públicas no Brasil tenha ocorrido desde 1930, a consolidação de um banco de dados nacional unificado começou somente em junho de 2002,

quando a Capes passou a receber informações diretas dos programas de pós-graduação em todo o país.

Esse processo de consolidação dos trabalhos começou timidamente, inicialmente disponibilizando apenas resumos e referências, o que já representou um avanço no acesso à produção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, ainda hoje isso impacta o acesso e a disseminação do conhecimento científico, uma vez que muitas universidades apenas mantêm a ficha bibliográfica, sem disponibilizar o trabalho na íntegra. Isso ficou evidente durante a coleta de dados, na qual 46 trabalhos foram excluídos por falta de versão digitalizada ou acesso aberto para pesquisa, levando a um corte temporal natural a partir de 2000.

A constatação de que a última publicação é de 2012 pode, à primeira vista, causar preocupação, uma vez que se espera que a Academia seja a principal impulsionadora e formadora de produções em uma área que afeta diretamente a sociedade, como é o caso das políticas públicas. No entanto, um dos fatores que podem explicar isso é a institucionalização das políticas públicas como campo científico a partir dos anos 2000, o que gerou uma expansão dos cursos e da produção na área, estimulando gradualmente a produção científica. Além disso, sendo um campo relativamente novo e pouco explorado, despertou a curiosidade acadêmica.

Gráfico 1– Número de publicações por ano Catálogo de Teses e Dissertações da Capes



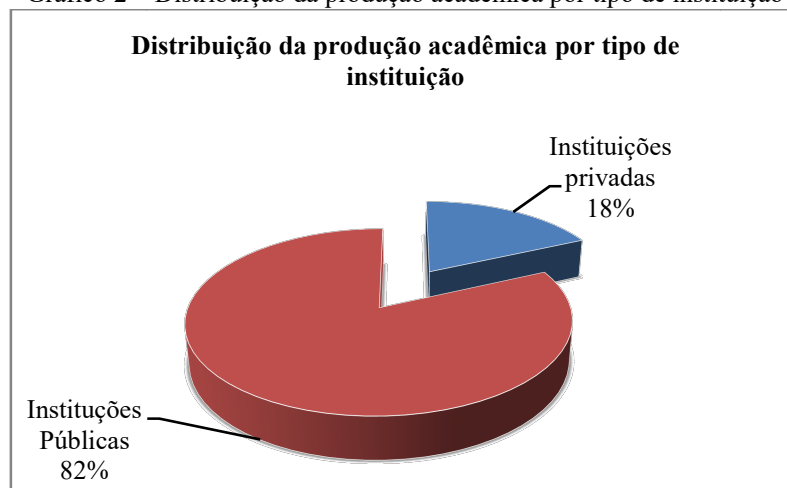
Fonte: elaboração própria.

Ao continuar a explorar os dados, observa-se que as universidades públicas, seja federal ou estadual, concentrou o maior número de achados, representando 26 dos 33 casos encontrados nessas instituições. O que não significa dizer que as universidades públicas se dedicaram mais, já que nos últimos dados divulgados pela Capes sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, relativos aos anos de 2021 a 2024, de 4.592 programas

existentes neste período, apenas 808 eram de universidades privadas, enquanto os demais, de universidades públicas, sendo a maior parte dos programas Federais¹.

Ademais, destacam-se as dissertações em relação às teses, sendo os programas de mestrado em Administração Pública e Educação os que mais abordaram a formulação de políticas públicas, com três trabalhos cada.

Gráfico 2 – Distribuição da produção acadêmica por tipo de instituição

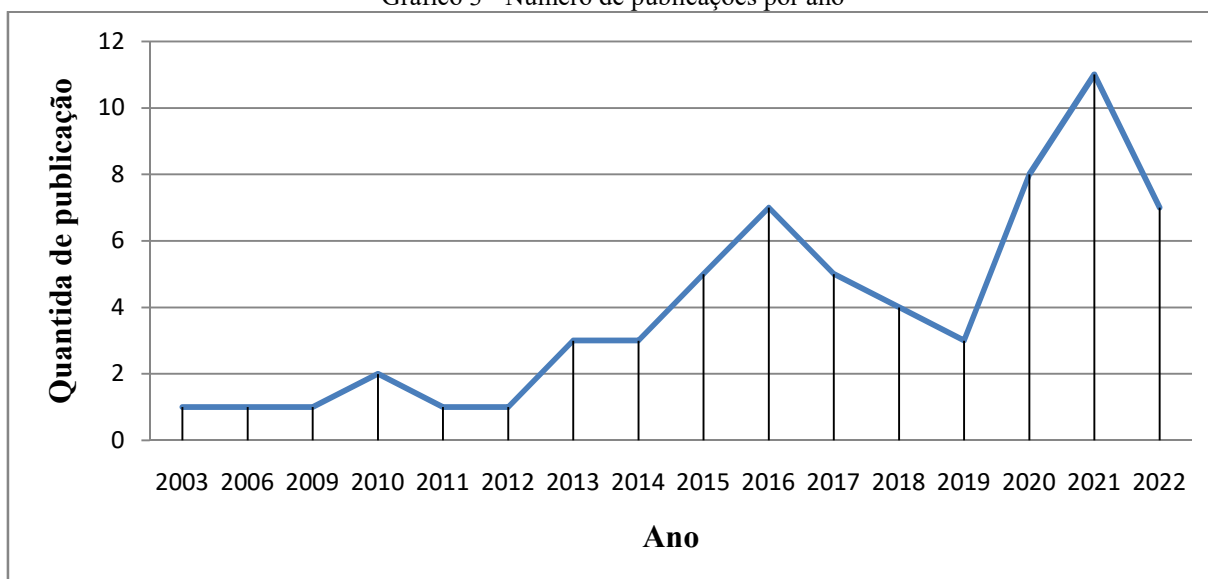


Fonte: elaboração própria.

Levando-se em consideração agora os bancos de dados que tiveram artigos só analisados, observa-se a irregularidade no número de publicações ano após ano. Como dito anteriormente, não estamos tratando de uma série temporal, todavia, estudos disponíveis nestas bases de dados, na área de formulação só começaram nos anos 2003 tendo seu ápice produtivo em 2021, com 11 estudos publicados, corroborando com Batista *et al.* (2020) que aponta como a área é pouco explorada, mas que os dados mostram que vem numa crescente e recebendo mais atenção.

¹ Dados obtidos no site <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-programas-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil>

Gráfico 3 - Número de publicações por ano



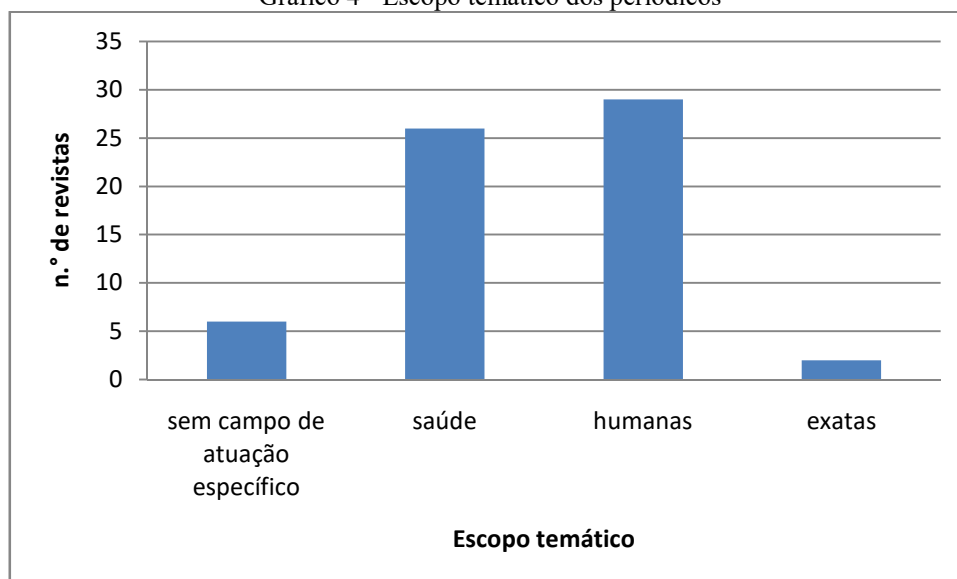
Fonte: elaboração própria.

Outro ponto importante a ser observado nos dados apresentados neste gráfico é que os últimos três anos concentram mais de 40% da literatura. Isso não apenas indica que o tema tem ganhado relevância, mas também torna as publicações bastante atuais, o que pode fundamentar estudos para a melhoria da formulação das políticas públicas.

Na variável "área da revista", foi analisado o campo de interesse ou vínculo com linhas de pesquisa dos periódicos e das pós-graduações. Para melhor categorização, essas áreas foram divididas em três grandes grupos: humanas, saúde e exatas. Na classificação das teses e dissertações nessas classes, foram considerados os cursos de pós-graduação aos quais estavam vinculados. No caso dos artigos, foi considerado o escopo temático principal do periódico, tendo em vista que muitos deles são multidisciplinares, como é o caso da Revista Gestão e Saúde, *Globalization and Health* e Interface-Comunicação, Saúde, Educação.

Assim, o ramo que lidera em número de publicações em revistas ou em pós-graduações dessa natureza é o de humanas, com 62% do total, seguido por saúde, com 37%, e exatas, com apenas 1%. No gráfico 3, destacamos apenas o escopo temático dos periódicos dos artigos analisados, observando que seis das publicações não têm um escopo temático definido, recebendo vários tipos de artigos considerados relevantes. Dois tipos de revista merecem destaque: "Desenvolvimento e Meio Ambiente" e "Cadernos de Pesquisa FCC". Embora não possuam um escopo definido, ambas têm notas *qualis* relevantes, sendo "B2" e "A1", e um *índice h* de 7 e 20, respectivamente.

Gráfico 4 - Escopo temático dos periódicos



Fonte: elaboração própria.

Apesar da área de humanas no todo ter se dedicado mais ao estudo das políticas públicas, a revista que mais concentrou publicações sobre o assunto foi a Revista de “Ciências e Saúde Coletiva” (n=7), que possui *qualis* A1, h-index de 55, seguidas pela “Cadernos de Saúde Pública” (n=5). A “Revista de Administração Pública”, “Revista Brasileira de Ciência Política” e “Revista de Saúde Pública” tiveram duas publicações do tema aqui selecionado e as demais apareceram apenas 1 vez.

No caso do banco de teses e dissertações, os cursos vinculados às ciências humanas também obtiveram grande destaque, estando com 70% dos trabalhos, seguido do campo da saúde com 27% e por último o de exatas com 3%, com destaque para os cursos das pós-graduações em Administração, Educação e Saúde, que representam 12% cada.

Tabela 2 - Cursos de Pós-Graduação.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	N.º ABSOLUTOS	PROPORCIONALMENTE
Administração	4	12,12%
Educação	4	12,12%
Saúde	4	12,12%
Administração Pública	3	9,09%
Geografia	3	9,09%
Direito	2	6,06%
Política social	2	6,06%
História	1	3,03%
Economia aplicada	1	3,03%
Ciências sociais	1	3,03%
Extensão rural	1	3,03%
Ciências Políticas	1	3,03%
Psicologia Social	1	3,03%
Extensão rural	1	3,03%

Interdisciplinar em ciências humanas	1	3,03%
Desenvolvimento Regional	1	3,03%
Gestão social e trabalho	1	3,03%
Enfermagem	1	3,03%
TOTAL	33	100%

Fonte: elaboração própria.

Para analisar o fator de impacto das publicações relacionadas na RSL, selecionamos duas variáveis: o *qualis* e o *h-index*. A escolha dessas variáveis baseia-se em duas razões fundamentais: o *qualis* é um sistema de qualificação promovido pela CAPES, diretamente relacionado à Academia brasileira, revisado periodicamente e que não prioriza o número de citações. Trata-se de um índice complexo, considerando dados como bases de indexação e impactos bibliométricos para determinar a nota atribuída. Embora não avalie o pesquisador individualmente, é frequentemente utilizado para mensurar o impacto das revistas escolhidas. Por outro lado, o *h-index* visa dimensionar o impacto com base no número de citações, geralmente focando em cientistas individualmente, mas também podendo ser analisado em períodos específicos.

A análise do fator de impacto das revistas que compõem nossa RSL é crucial, pois pode influenciar na consideração da relevância das publicações. Além disso, há uma crescente necessidade de recursos para financiar pesquisas científicas atualmente. A busca por métodos que minimizem vieses e sejam mais fidedignos à realidade garante uma melhor qualidade acadêmica e científica. Portanto, o uso de índices como estes, que possuem parâmetros mais objetivos e visam reconhecer instituições e indivíduos que produzem pesquisas de alto nível, garante um investimento eficaz por parte das agências de fomento à pesquisa (Thomaz *et al.*, 2011), motivo pelo qual a análise deste aspecto é crucial.

Dessa forma, realizamos uma busca manual nos portais da Plataforma Sucupira e do SCImago para verificar o fator de impacto das publicações. Considerando o último *qualis*, feito entre o período de 2017-2020, dezessete revistas foram classificadas com "A1", a nota mais alta do *qualis*, enquanto outras 19 foram classificadas de "A2" a "A4". No nível "B", sete revistas receberam qualificação, com uma classificada como "B1", seis como "B2" e uma como "C". Importante ressaltar que 19 revistas não apresentaram informações disponíveis.

Quanto ao *h-index*, a revista com o maior índice foi a *Nutrients*, com um índice de 178. Esta mesma revista possui uma classificação *qualis* de "A1". Entre as revistas nacionais, a Revista de Saúde Pública teve o melhor desempenho, com um *h-index* de 85, seguida de perto pela Caderno de Saúde Pública, com um *h-index* de 84. Apenas a primeira possui

avaliação *qualis*- A1; para a segunda, não foram encontradas informações sobre qualificação. No caso do *h-index*, 21 publicações não tiveram informações disponíveis.

Além disso, para avaliar a nota dos cursos de pós-graduação das teses e dissertações analisadas, constatamos que doze programas obtiveram excelência internacional, com nota 7 e seis com nota máxima no quadriênio de 2017-2020, sendo três da USP, quatro da UFMG, e dois da UNB, com a UNICAMP, UERJ e FIOCRUZ tendo um curso cada neste patamar. Sete cursos de pós-graduação foram classificados como "muito bom" (nota 5), oito como "bom" (nota 4) e cinco como "regular", atingindo a nota 3. A Universidade Gama Filho, apesar de aparecer na lista com uma tese em Direito, foi dissolvida em 2014 e, portanto, não foi avaliada neste quadriênio.

Outro parâmetro bibliométrico escolhido foi a quantificação de citações, observando a métrica do *Google Scholar*, uma vez que a maioria das publicações está disponível nesta base de dados. É importante destacar que, nesta análise, não foram consideradas a instituição e a revista, mas sim as teses, dissertações e artigos. Após uma busca manual, constatamos que o artigo mais citado, com 686 citações, foi o artigo de Faria (2003), publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, com classificação *qualis* "A2" e *h-index* de 21, seguido pelo artigo de Facchini; Tomasi e Dilélio (2018), com 237 citações, publicado na revista Saúde em Debate, com classificação *qualis* "A4" e sem informações sobre o *h-index*. Por outro lado, 14 publicações não receberam nenhuma citação.

Ao analisarmos separadamente o catálogo de teses e dissertações, observamos que a dissertação de Araújo (2007), utilizada para obtenção de mestrado em Ciências Políticas pela UNB, foi a mais citada, com 44 referências. De acordo com a métrica escolhida, sete dissertações não receberam nenhuma citação. Também é importante notar que apenas uma tese não foi encontrada na base do *Google Scholar*, que é a tese de Alves (2008), utilizada para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Além disso, das 25 publicações restantes, todas receberam pelo menos uma citação, sendo que seis das treze teses selecionadas estão entre as "top 10" em citações, referenciadas 11 vezes ou mais.

Finalmente, em relação ao idioma, verificamos em que língua os artigos foram publicados, já que todas as teses e dissertações, como praxes, foram escritos na língua nacional. Dos 63 artigos selecionados, apenas 18 foram encontrados em um idioma diferente do português. Também é relevante notar que apenas o artigo de Feuerwerker (2021) foi encontrado originalmente em espanhol, enquanto os outros 17 foram encontrados em inglês.

4.2 Eixo Metodológico

Este eixo visa analisar as técnicas de pesquisa e os métodos de coleta de dados mais utilizados, além de definir o tipo de estudo realizado para alcançar os objetivos do trabalho em análise. Abordar este eixo específico envolve desafios mencionados por autores como Soares (2005) e Marques *et al.* (2007).

Na tentativa de preencher a planilha sobre as técnicas utilizadas, constatamos que, apesar dos esforços atuais, como cursos, workshops e espaços dedicados em periódicos nacionais, para envolver alunos e professores em procedimentos metodológicos mais sofisticados, ainda há muito a ser feito. Analisar as técnicas utilizadas nas pesquisas selecionadas não foi simples, principalmente porque a maioria delas vem das áreas de "humanidades". A falta de clareza na definição do método utilizado pode levar a erros na classificação. No entanto, respeitamos as informações fornecidas pelos autores das obras estudadas, que nem sempre expressam com rigidez o método de pesquisa utilizado. Um exemplo claro disso é a tese do ID1, que relata ter realizado uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas e estruturadas, mas os dados não foram compilados para estabelecer qualquer relação, servindo apenas para embasar um debate teórico sobre o tema.

Por outro lado, a tese do ID4 informa ser uma pesquisa qualitativa, mas fundamenta seus achados na criação de um índice de impacto, conferindo uma abordagem estatística aos seus esforços. Da mesma forma, o artigo ID91 afirma ser uma pesquisa qualitativa, mas elabora um banco de dados a partir de informações de redes sociais e sites oficiais da Prefeitura de Curitiba, sendo que, em vez de realizar uma análise aprofundada da temática, oferece uma análise descritiva dos dados obtidos, respondendo assim à questão de pesquisa.

Para fornecer clareza sobre como foi feita a classificação das técnicas utilizadas, bem como a descrição em pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa, é importante destacar que a classificação depende mais do autor do que da própria técnica utilizada (Soares, 2005). Assim, adotamos os conceitos e classificações formulados por Gil (2008) em seu livro "Métodos e Técnicas de Pesquisa Social". Gil (2008) diferencia as pesquisas em três tipos: exploratórias, descritivas e explicativas.

As pesquisas exploratórias têm como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, geralmente utilizando como base de dados a bibliografia, documentos e entrevistas sem estrutura prévia, sendo utilizadas quando há poucos estudos sobre o tema.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, geralmente padronizando técnicas de coleta de dados. Destacam-se nestes estudos aqueles que visam verificar os atributos de um grupo, o grau de atendimento de entidades públicas ou as que buscam associar variáveis.

Por fim, as pesquisas explicativas procuram identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. No campo da saúde, a técnica mais utilizada para este tipo de pesquisa é o experimental, enquanto no campo social, utiliza-se o método observacional.

Além disso, é importante mencionar a econometria como uma técnica relevante. Goldberger (1964, p.1) define a econometria como a ciência social na qual as ferramentas da teoria econômica, da matemática e da inferência estatística são aplicadas à análise dos fenômenos econômicos. Embora poucos estudos usem essa técnica, é importante compreendê-la para entender a classificação proposta. Dito isso, passemos à análise dos dados propostos.

Ao analisarmos a técnica de pesquisa utilizada, observamos que, de longe, a pesquisa descritiva foi a mais comum, com $n = 52$. Em sua maioria, essas pesquisas utilizaram entrevistas semiestruturadas associadas à análise documental de conteúdo ou bibliográfica como técnica de coleta de dados. Devemos também mencionar que, embora se autodenominem descritivas, algumas delas se basearam apenas em revisão bibliográfica para justificar suas pesquisas.

Identificamos também textos que utilizaram algumas das três revisões de literatura já mencionadas no início do capítulo que trata da metodologia. Além disso, encontramos pesquisas econométricas, críticas, explicativas e exploratórias.

Tabela 3 – Tipos de pesquisa

TÉCNICA DE PESQUISA	N.º ABSOLUTOS	PROPORÇÃO
Pesquisa Descritiva	52	54,16%
Revisão Sistemática da Literatura	11	11,45%
Pesquisa Exploratória	10	10,41%
Econometria	7	7,29%
Revisão Narrativa	7	8%
Revisão Integrativa	5	5,20%
Pesquisa Crítica	3	3,12%
Revisão da Literatura	1	1,04%
TOTAL	96	100%

Fonte: elaboração própria.

Três observações devem ser feitas quando se olhar para o quadro 5. Há uma menção como tipo de pesquisa de “revisão de literatura”, sem classificá-la quanto aos formatos expostos no início do capítulo de metodologia. Isso se deve a dois fatores, primeiro, o autor trata única e exclusivamente com essa nomenclatura e, como já se deixou claro, quando foi informado claramente, os termos foram respeitados. Depois, mesmo com a leitura, é difícil encaixar em dos tipos aqui percorridos. Trata-se do artigo de Grin e Abrucio (2021) que discute a característica híbridas da tomada de decisão para realização das políticas públicas no Brasil.

Também merece destaque, por ter tido apenas uma menção literal como pesquisa explicativa, a realizada na dissertação de mestrado de Santos (2004). Neste trabalho o autor realiza um estudo comparado no intuito de examinar como as políticas de ATER foram implementadas, quais foram os principais desafios encontrados e quais foram os impactos dessas mudanças na prestação de serviços aos agricultores nas comunidades rurais.

Apenas dois artigos informam utilizar a pesquisa crítica, quais sejam, Feuerwerker (2021) e Corrêa, Cecchetto, Fernandes (2021). No primeiro o autor dá suas visões sobre a experiência pessoal e a partir de informações veiculadas pela imprensa e redes sociais durante a pandemia do covid; já no segundo, os autores fazem uma abordagem sobre as políticas públicas de prevenção em dois países, o Brasil e a Escócia, fazendo questão de ressaltar que não é um estudo comparativo, mas sim um olhar para situações semelhantes em contextos políticos diferentes.

Quanto às técnicas de coleta de dados, pode-se dizer que não foram encontrados os mesmos problemas que o tipo da pesquisa em que os autores por vezes não classificaram. Neste ponto, foram observados única e exclusivamente os termos dispostos nas obras.

Assim, convém observar que 32 delas informaram usar mais de uma técnica para coleta das informações necessárias para se chegar à resposta de pesquisa. Destas, 17 são teses ou dissertações. Isso é plenamente justificado pelo tempo e extensão permitida neste tipo de literatura que a diferencia da grande maioria dos artigos, além da “obrigatoriedade” exigida na Academia da maior clareza e explicação da metodologia, sendo necessário muitas vezes um capítulo só dedicado a esta parte. A USP, por exemplo, fornece um guia para elaboração dos trabalhos acadêmicos em que exige isso como elementos textuais. Alguns programas da UFCG, à exemplo do Programa de Pós-Graduação em Administração, têm uma Resolução que regulamenta essa exigência.

Isso, é claro, não quer dizer que há desleixo por parte de autores de artigos. Eles são parte dos quadros da ciência e buscam adequar suas publicações às exigências dos periódicos,

que tem um espaço “físico” mais delimitado. Ademais, é importante notar, que foi observado, no momento desta coleta de dados, que apesar de ter sido respeitada e coletada apenas a técnica informada pelos escritores, foram utilizadas mais de uma técnica, não sendo, entretanto, relatada. As principais técnicas de coletas de dados utilizadas foram: análise documental; análise bibliográfica; análise de conteúdo; análise de bancos de dados, sejam eles primários ou secundários; entrevistas semiestruturadas e estruturadas; observação e questionários.

Tabela 4 - Técnica de coleta de dados

T. DE COLETA DE DADOS	Quantidade	Proporção
Análise documental	47	35,07%
Análise bibliográfica	25	18,65%
Entrevistas	24	17,91%
Análise de banco de dados	24	17,91%
Análise de conteúdo	6	4,47%
Questionário	4	2,98%
Observação	4	2,98%
TOTAL	134	100%

Fonte: elaboração própria.

Por fim, a última variável proposta para este eixo foi a amplitude do estudo, onde analisamos se tratava-se de um estudo de caso, um estudo comparativo ou uma abordagem genérica sobre a temática das políticas públicas. Em relação a essas variáveis, é importante esclarecer, para uma melhor compreensão metodológica, que quando nos referimos a estudo de caso, não estamos apenas falando do estudo de uma política pública específica. Essa classificação inclui todos os artigos, teses e dissertações que se propuseram a examinar várias políticas públicas específicas, assim como aqueles que investigaram uma política pública voltada para uma área específica. Por exemplo, Lacaz (2020) analisou os artigos sobre a saúde do trabalhador publicados ao longo de 25 anos na Revista Ciência e Saúde Coletiva. Embora várias políticas públicas tenham sido implementadas durante esse período, o foco principal dos estudos de política pública foi a saúde do trabalhador, tornando-o um estudo de caso.

Além disso, é importante esclarecer que quando nos referimos à variável "políticas públicas em geral", estamos nos referindo a trabalhos que não se dedicaram a uma área específica de política pública, mas abordaram o tema de acordo com sua própria realidade e estudaram conforme a literatura da área. Foram selecionados artigos com esse enfoque também para contribuir para a compreensão de como a literatura aborda a formação de políticas.

Com esses esclarecimentos metodológicos, observamos que a seleção desses trabalhos favoreceu a análise de estudos de caso. Dos 96 estudos analisados, 78 trataram de estudos de caso, 7 foram estudos comparativos e 8 abordaram políticas públicas em geral. Embora a escolha tenha sido aleatória, utilizando indicadores de termos e booleanos para filtrar a pesquisa, a esmagadora maioria dos estudos acabou sendo de estudos de caso. Isso pode ser explicado pelo seguinte conceito:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (Gil, 2008, p. 57).

Sendo assim, em consonância com o nosso problema de pesquisa, talvez melhor forma de responder seja observando os estudos de casos pela riqueza de detalhes que ele pode oferecer. No dossiê elaborado sobre a agenda de pesquisa em políticas públicas, Arretche (2013) aduz que o conhecimento em políticas públicas está circunscrito, em sua maioria, ao estudo de casos devido a sua alta difusão na área e, completa informando, que há uma verdadeira subordinação da agenda de pesquisa à agenda política. Todavia, Howlett (2014) acredita que estes estudos de caso detalhados são necessários para que os estudos de concepção de políticas avancem. O fato é que estes estudos de caso favoreceram a compilação de achados problemáticos na formulação de políticas públicas.

No que se refere ao catálogo de teses e dissertações da Capes, do n=33, também fica evidenciada a preferência pelo estudo de casos, sendo 30 do total. As três restantes fazem um estudo comparado.

4.3 Eixo Substantivo

Por fim, a última vertente a ser analisada é a substantiva. Neste eixo, serão considerados dois aspectos conceituais e conclusivos acerca da literatura em questão: a) o referencial analítico de modelo para análise da política pública estudada e b) quais os problemas reportados durante o processo de formulação. A opção por realizar uma análise tão abrangente em revisão sistemática de políticas públicas, quando boa parte dos pesquisadores se limita ao eixo metodológico, foi buscar uma compreensão mais profunda da temática, visando elucidar o motivo pelos quais muitas políticas públicas não funcionam.

4.3.1 Referencial Analítico

Ao longo do referencial teórico, foram elencados alguns dos principais modelos para análise das políticas públicas. Neste ponto, verificamos na base de dados se algum deles foi adotado ou não. Também não escapou da pesquisa a análise do uso de outros modelos.

De acordo com as regras da própria revisão sistemática, que exige a clareza dos métodos, a análise desta variável em números foi realizada com base em citações textuais. Não foram utilizadas interpretações por parte da pesquisadora, visando evitar viés na pesquisa e tampouco inviabilizar a reprodução, mesmo em casos em que, apesar do conteúdo permitir verificar elementos que poderiam perfeitamente se enquadrar em um modelo. Um exemplo disso foi o caso da dissertação Lebrão (2010), em que toda uma análise histórica enfatizando a importância da trajetória foi realizada, mas restou classificada apenas como “sem menção”.

Assim, observou-se que mesmo estudando uma política pública específica, ou no próprio estudo das políticas em geral, a ampla maioria dos estudos não utilizou nenhum dos modelos apontados no decorrer deste trabalho ou qualquer outro modelo considerado viável para análise. No caso, a resposta “sem menção”, demonstrando que nenhum modelo foi sequer citado na obra, ocupou 60 lugares na planilha a eles dedicados, restando apenas 36.

Nos poucos trabalhos que mencionaram o referencial analítico, o ciclo de políticas públicas foi o mais citado, com 13 citações. Ocupar o topo dessa lista não é surpresa.

O modelo do ciclo de políticas públicas, assim como qualquer dos outros modelos, não é isento de críticas. É acusado de ser simplista, artificial e distante da realidade, já que as etapas do processo que apresenta são entrelaçadas. Na verdade, os modelos são simplificações da realidade. Sua opção quase didática em dividir as políticas públicas em etapas, diminuindo toda a complexidade do processo para sua realização, acaba por ser o motivo tão usado na Academia para verificar, melhorar e explicar a política (Araújo; Rodrigues, 2017).

Em segundo lugar de referencial analítico, com 5 menções, está o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon. Similar ao ciclo de políticas públicas, a opção por este modelo pode se justificar pelo fato de ser bem detalhado e ter fases definidas. Nele, é feita uma abordagem que nos ajuda a entender como diferentes níveis de governo e pessoas envolvidas trabalham juntos para criar e implementar políticas públicas. Torna-se mais fácil a análise de uma política pública quando se tem etapas claras que devem ser “obedecidas”, e caso uma não exista, ou seja deficitária, é mais rápido identificar o problema.

Em terceiro lugar, com duas menções, está o modelo do institucionalismo histórico. Tanto a dissertação de Santos (2004), como o artigo de Falcão; El-Deir e Holanda (2022) utilizaram a vertente histórica e enfatizaram a importância da trajetória para justificar como a política se encontrava naquele momento.

Além disso, com uma menção cada, apareceram os seguintes modelos: orçamento incremental e equilíbrio pontuado; neoinstitucionalismo; Modelo Operacional para a Análise de Políticas de Saúde; Modelo institucionalista; Modelo de análise multicritérios; Modelo aplicado de Equilíbrio Geral; método de Michel Foucault; desenho de políticas públicas; escolha racional e coalizões de advocacia. Dos 36 trabalhos que mencionaram o referencial analítico, 15 tratavam-se de teses e dissertações, ou seja, mais de 40%, o que demonstra a preocupação deste tipo de literatura com a explicação pormenorizada da metodologia, conforme já apontado no item anterior.

4.3.2 Problemas Reportados

Todos os dados analisados até este momento são de suma importância para agregar o conhecimento sobre a formulação de políticas públicas. Porém, aqui podemos afirmar que está o ápice do trabalho. Neste ponto, responderemos com análise dos dados à pergunta de pesquisa formulada no primeiro parágrafo deste trabalho: quais são os principais problemas identificados no processo de formulação das políticas públicas sobre o caso brasileiro?

Aqui, os dados foram trabalhados de duas formas. A primeira foi categorizar os problemas encontrados segundo a fase da formulação. Já a segunda levou em conta os problemas apresentados na literatura coletada, fazendo uma comparação com os problemas que mais apareceram. A sugestão de categorizar permite visualizar os problemas sob a ótica inicial de onde estes mais acontecem, possibilitando assim possíveis estudos na área. Além disso, contribui para não pulverizar os problemas, evitando que se tornassem diminutos e irrelevantes.

Foi necessário uma análise mais atenta dos dados, pois se observou que, por vezes, as publicações (especialmente nos estudos de caso) acabaram utilizando vieses em relação às políticas públicas escolhidas, devido à ausência de um olhar mais crítico quanto à pontuação dos problemas encontrados. Em muitos casos, não foi possível identificar o problema em si, mas, como foram mencionados fatores que levaram a política ao sucesso, estes foram elevados à categoria de possíveis problemas, pois caso não seja identificado na política, pode levar ao seu insucesso. Outro ponto que merece destaque é que em muitos casos não foram relatados apenas um problema, mas elencados 2 ou mais fatos que contribuíram ou atrapalharam na formulação.

Dito isto, foram propostos 3 grupos segundo a lógica dos dados. O grupo 1 levou em conta o caráter informacional (lógica dos dados, pois a informação foi um dos problemas mais apontados). No grupo 2, foram agrupadas as problemáticas sobre o problema público, agenda

e tomada de decisão. A união destas três etapas foi pensada pela possibilidade de agrupar conflitos de interesses, (in)capacidade de barganha e, por, em ambos os casos, estar mais enfatizada a atuação dos atores e da força política. Por fim, o grupo 3 foi relacionado aos possíveis problemas na formulação de alternativas, que englobam impactos, análise de custos, benefícios e projeção dos efeitos da possível realização de políticas públicas.

Com o objetivo de visualizar melhor como serão encaixados os tipos de problemática em cada grupo para análise sob este primeiro prisma, será observado o quadro abaixo.

Quadro 3 - Grupos para identificação dos problemas.

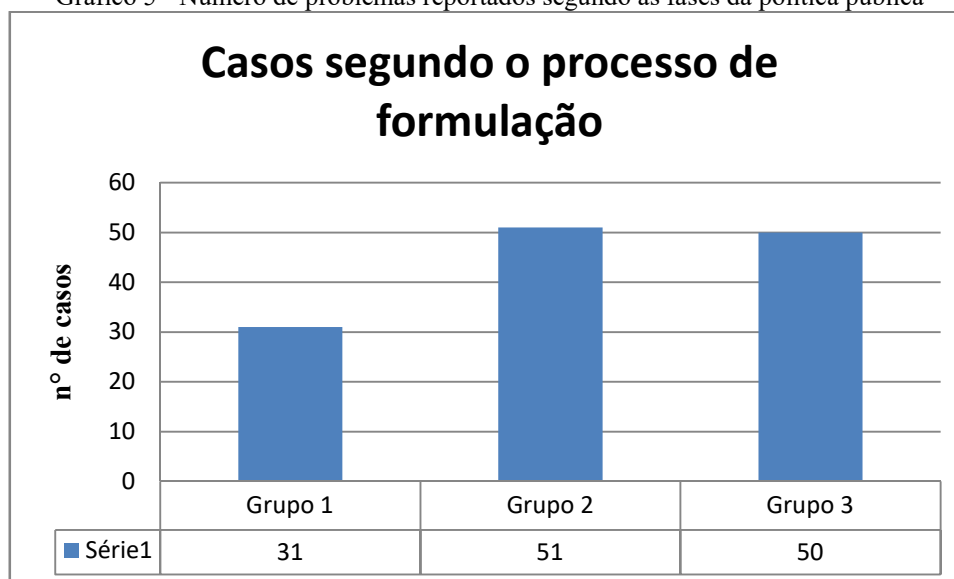
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Informacional	Problema Público, agenda e tomada de decisões	Problemas na formulação de alternativas
Ausência de conhecimento;	Identificação do problema;	Análise de impactos;
Assimetria informacional;	Impasses políticos;	Construção de alternativas;
Políticas públicas baseadas em evidências.	Conflitos de interesse;	Análise de custos;
	Divergência/convergência de atores;	Benefícios;
	Força política;	Projeção dos efeitos;
	Tomada de decisão;	Burocracia (não só o corpo burocrático, como questões administrativas);
	Público-alvo;	Financiamento;
	Agenda.	Regulação.

Fonte: elaboração própria (2024).

Assim, qualquer problema reportado que se enquadre nos grupos será classificado de maneira a verificar onde se concentra o maior desafio, se é informacional, se está em qualquer parte pré ou pós a elaboração da política, ou na fase de formulação propriamente dita.

Questões informacionais foram relatadas 31 vezes como problemas relativos ao sucesso da política e houve um empate técnico entre os grupos 2 e 3, sendo que o 2 teve 51 menções cada um com 50 problemas relatados.

Gráfico 5 - Número de problemas reportados segundo as fases da política pública



Fonte: elaboração própria.

No gráfico acima, notamos que mesmo com um grande déficit informacional, o maior problema da formulação diz respeito a suas fases, tendo os atores e participação política tanto relevo quanto à formulação de alternativas. Como destacado por Frey (2000), as políticas públicas, principalmente em países em desenvolvimento, onde as mudanças políticas podem ocorrer movidas pela paixão, sem se preocupar com problemas específicos, não apenas afetam as decisões técnicas e materiais que são tomadas, mas também têm um impacto na forma como os diferentes poderes governamentais e a sociedade civil interagem. As instituições e os processos políticos estão constantemente mudando e as atitudes ideológicas também são voláteis. Isso torna difícil fazer afirmações teóricas que sejam aplicáveis a todas as situações.

Em razão disso, os problemas de formulação devem ser analisados por diferente parâmetro. Assim, convém, ainda neste eixo, discuti-los em face dos principais desafios relatados pela literatura.

Conforme visto no tópico do referencial teórico, os problemas mais comuns descritos na literatura de referência são: a complexidade dos problemas; falta de diagnóstico preciso; ausência de escuta e participação da sociedade civil; conflitos de interesse e poder; incoerência com outras políticas; política pública baseada em evidências; limitações orçamentárias, financeiras e humanas; falta de coordenação entre as instituições responsáveis; soluções não pensadas para a realidade local. Esse não é um rol taxativo, mas expressa parte das preocupações da literatura encontrada sobre a temática.

Aqui, o objetivo é verificar o que a nossa base de dados aponta como erros e elencá-los segundo a sua frequência, comparando ao que já foi apresentado no referencial.

Quadro4 – Quadro comparativo entre os achados e os problemas apontados pela literatura.

CASOS MENCIONADOS NO BANCO DE DADOS DA RSL	CASOS MENCIONADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO
Conflitos de interesse, federativo e de poder	Conflitos de interesse e poder
Falta de participação social	Ausência de escuta e participação da sociedade civil
Limitação orçamentária, financeira e de recursos humanos	Limitações orçamentárias, financeiras e humanas
Ausência de parâmetros para avaliar e monitorar	Complexidade dos problemas falta de diagnóstico preciso
Política não pensada para situação local	Soluções importadas
Mobilização de atores	Falta de coordenação entre as instituições responsáveis
Política público baseada em evidências	Política pública baseada em evidências
Eficiência e/ou eficácia	Complexidade dos problemas/falta de diagnóstico preciso
Visão única ou dominante	Incoerência com outras políticas
Não conseguem mudanças significativas	
Falta de estrutura	
Mudança contínua de atores	
Morosidade	
Identificação do problema	

Fonte: elaboração própria (2024)

O gráfico 6 apresenta a frequência dos problemas apontados na coluna 1 do Quadro 8. Esta representação gráfica permite uma análise visual de onde os problemas na formulação mais se concentram.

Gráfico 6 - Número de problemas reportados.



Fonte: elaboração própria.

O problema de formulação mais mencionado foi o conflito federativo, de interesse e de poder, com 29 casos. Aqui foram categorizados não apenas os problemas, mas também os casos de convergência entre os atores. Isso ocorreu porque, como já mencionado, nem sempre nos textos foram apontados problemas, seja pelo enviesamento da própria pesquisa (o pesquisador se envolveu emocionalmente com a política), seja pelo fato de ser um generalista das políticas públicas.

Hill e Hupe (2002) estudaram como esses conflitos de atores, governos, burocracias, grupos de interesse e indivíduos, em busca de recursos, influências e autoridade, podem modificar o rumo das políticas públicas. Os conflitos de interesse e poder podem surgir de várias fontes, como divergências ideológicas, distribuição desigual de recursos e poder, e competição por objetivos políticos e econômicos, até mesmo em um conflito de competência entre os entes da federação. Isso ocorre porque, nesse conflito, envolvem-se questões orçamentárias, apoios políticos e podem, inclusive, gerar ou perder votos.

Na dissertação de Andrade (2006), ilustra-se bem esse conflito de interesses na política de segurança, pois informa que devido à bipartição da polícia em civil e militar, há conflitos internos que acabam por resvalar no próprio sistema de segurança pública. De outra banda, o artigo de Jesus e Teixeira (2014) aponta o papel crucial que tem o entendimento entre atores políticos, gestores públicos e representantes eleitos para o planejamento de saúde no estado da Bahia.

Se os conflitos estão no topo, a visão única e dominante também não deixa de representar um problema para formulação de políticas públicas. Apesar de não serem tão expressivos quanto os desentendimentos, pois tiveram apenas 5 menções, também geram danos. É difícil falar em democracia e entendimento único, mas a simples continuidade de ideias nas gestões pode oferecer uma visão dominante sobre a temática.

O artigo de Kleinschmit; Ziegert e Walther (2021) ressalta a forma como certos atores influenciam a discussão em torno do desmatamento ilegal e das respostas de governança de maneira uniforme, apresentando uma narrativa específica que pode espelhar interesses particulares ou agendas políticas. Esse discurso uniforme tem o poder de controlar a conversa pública e afetar a criação de políticas, restringindo a variedade de perspectivas e soluções consideradas.

O segundo problema mais relatado na nossa base de dados foi a ausência de participação social para formulação da política, com 27 menções. É verdade que foi categorizado nessa lista também, sob a mesma insígnia, a falta de conhecimento da política pública, por um discurso lógico. Se a sociedade não participa, não foi convidada a ser escutada, provavelmente não conhece a política pública, e o contrário também é verdadeiro.

A falta de participação foi encontrada na literatura no referencial teórico e confirmada pela base de dados. É muito importante a escuta da sociedade, o que evita, inclusive, desperdício de dinheiro. Na tese de doutorado de Rodrigues (2009), foram estudados 5 programas de âmbito nacional voltados para juventude. Nele, o autor menciona que o público-alvo na maioria das vezes não se identifica com a política, aduzindo que algumas passaram a ter sucesso porque a gestão local encampou a política e analisou métodos para uma busca ativa com sucesso.

Ocupa o terceiro lugar da lista a limitação orçamentária, financeira e humana, com 24 menções. É importante salientar que, no que concerne à limitação humana, foi envolvida a necessidade de formação continuada, a ausência de equipes técnicas, remuneração e tudo o mais que concerne ao material humano necessário para a política pública. Interessante ressaltar que geralmente estes problemas de formulação andam juntos. A má elaboração da política pública no que diz respeito à previsão orçamentária pode afetar diretamente os recursos humanos que irão colocá-la em prática.

Analisando o artigo de Machado, Salvador e O'Dwyer (2011), observa-se que, apesar de ser uma política em pleno funcionamento, ainda são discutidos desafios como a falta de recursos financeiros, problemas de gestão e necessidade de melhorias na qualidade do atendimento. Esse fator revela também a falta de estrutura citada três vezes como problemas

de formulação. Quando não há uma previsibilidade financeira que garanta o mínimo para estrutura da política, pouco se pode exigir da estrutura.

O problema de limitações também pode resvalar em outro problema mencionado, que foi ineficiência ou ineficácia da política social. O artigo de Madeira e Rodrigues (2015) analisa a trajetória das políticas pública de segurança para se chegar ao patamar que está hoje apontando como causa para o possível aumento da criminalidade a deficiência da gestão pública em promover uma política eficiente e efetiva.

Os três primeiros problemas do gráfico 6 representam mais de 55% de todos os problemas reportados nos estudos. Não é à toa a preocupação tanto da literatura nacional, como a internacional sobre a temática.

Outra questão apresentada como problema em nosso referencial teórico foi a necessidade de políticas públicas baseadas em evidências. Os cientistas em geral sempre se preocuparam com as questões de referencial teórico robusto para qualquer estudo, no entanto, nesta pesquisa só tiveram 7 menções. A necessidade de um referencial teórico robusto, apesar de enfatizado pela literatura internacional, ainda parece estar ganhando corpo na ciência política nacional.

O alicerce principal da política pública baseada em evidências é o conhecimento científico, e isso pouco tem de novo, já que é assim que se baseiam todos os campos de conhecimento. No entanto, desde a revolução da informática, com a possibilidade de maior acesso à informação, vem se multiplicando a necessidade de maior embasamento teórico, já que muito se produz e muito se divulga (Pinheiro, 2020).

No Brasil, o estudo e a promoção de políticas públicas baseadas em evidências começaram a ganhar destaque especialmente a partir dos anos 2000, com um crescente reconhecimento da importância da utilização de dados e pesquisas para informar a formulação e implementação de políticas (Faria, 2022). Logo, por ser um campo relativamente novo para a ciência nacional, justifica seu baixo nível de menção.

A ausência de indicadores para metas, avaliações e monitoramento também foi uma surpresa. Apesar de figurar no top 5, com 13 menções, na “crença acadêmica” a ideia é que a falta de algum deles seria mais sentida na formulação. Indicadores mal estabelecidos podem criar e perpetuar políticas públicas sem resultados efetivos. Isso acaba sendo sentido e retratado em outro problema, qual seja, a impossibilidade de grandes intervenções. Em quatro trabalhos, a crítica foi essa. Não se conseguia um avanço nas políticas públicas por causa da dificuldade de se quebrar paradigmas. Sempre vai ser mais do mesmo.

A dissertação de Alcântara (2007) reflete bem isso, acaba por ser mais uma política de distribuição de renda do que realmente voltada para resolver o problema da população que tanto sofre no polígono das secas.

No que concerne à política pública que não é voltada para as necessidades locais, ao contrário do que argumenta Frey (2000), aqui não se trata de políticas “importadas” de outros países. Nos casos reportados em nosso banco de dados, caímos na teia das particularidades do Brasil. Das 9 menções, todas evidenciaram a ideia de que a política pública de âmbito nacional não pensa nas nuances locais. Muitas vezes não conhece a realidade e o público-alvo do local. Isso pode ocorrer pelo amplo território, com amplas diferenças culturais que nosso país ostenta. As políticas públicas nacionais tendem a pensar de uma maneira a atingir mais pessoas, mas não pensam em questões culturais. É a chamada política da pessoa média mencionado no referencial teórico, em que Patel (2020) afirma não mais funcionar no momento atual. A dissertação de Alves (2008) ressalta a grande importância de reconhecer e respeitar as diferenças locais ao desenvolver políticas públicas de prevenção à criminalidade, dadas as características específicas de cada comunidade.

A mobilização de atores, seja para colocar o problema na agenda, para apoiar ou negociar uma tomada de decisão, também não ficou de fora e teve um bom número de casos, sendo 8 no total. Esse problema revela a importância que os atores têm durante todo o processo de formulação. A tese de Gomes (2008) analisa como a falta de engajamento e participação ativa de diversos atores, a exemplo de comunidades rurais, movimentos sociais, organizações não governamentais e governo, pode impactar negativamente a eficácia das políticas públicas relacionadas à reforma agrária e segurança alimentar.

Quanto à identificação do problema, o único que foi claro ao enfatizar isso foi a dissertação de Angelo (2007). Nela, foram observados como os políticos que compunham o corpo legislativo de São Paulo não conheciam o problema educacional do Estado, afetando toda implementação da reforma educacional na época.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal investigar os desafios enfrentados no processo de formulação das políticas públicas no contexto nacional, mediante uma revisão sistemática da literatura. Ao concluir esta pesquisa, foi possível responder a essa pergunta, revelando a complexidade dos principais desafios enfrentados. O primeiro desafio encontrado foi a escassez de estudos e publicações nacionais sobre os problemas específicos relacionados à formulação de políticas públicas. Embora haja uma produção significativa sobre as fases e estudos da política, há uma carência de pesquisas que abordem os problemas enfrentados nessas fases.

Apesar do crescente interesse na temática da formulação de políticas públicas nos últimos anos, constatamos uma produção ainda limitada nesta área específica. Inicialmente, foram identificados 581 trabalhos, mas, após a exclusão de duplicatas e leitura para verificar a pertinência temática, apenas 96 abordaram problemas na formulação de políticas, valendo salientar que, apesar de mencionada, nem sempre esta foi a temática central da obra. Isso reflete a escassez de pesquisas sobre o tema. Contudo, foi possível observar que, embora a produção acadêmica nacional seja modesta nesse campo, há uma forte ênfase na importância da educação pública e de qualidade na formação de valores relacionados à formulação de políticas.

No aspecto metodológico, identificamos uma tendência dos pesquisadores brasileiros em abordar os problemas de formulação por meio de estudos de caso, utilizando predominantemente a pesquisa descritiva e técnicas de coleta de dados documentais e entrevistas. No entanto, muitos estudos não detalharam a metodologia utilizada, prejudicando a replicabilidade e a viabilidade das pesquisas futuras.

Quanto ao referencial analítico, constatamos que poucos pesquisadores utilizaram modelos como parâmetros para análise, apesar da complexidade do processo de formulação de políticas públicas. O "ciclo de políticas públicas" foi o modelo mais utilizado pelos pesquisadores que adotaram uma abordagem analítica.

No que diz respeito aos resultados substantivos, destacamos que os problemas identificados em nossa pesquisa estão alinhados com a literatura, evidenciando questões como falta de participação da sociedade, conflitos de interesse, escassez de recursos e políticas públicas carentes de embasamento em evidências.

Concluimos que, embora alguns problemas possam ser abordados com relativa facilidade, outros são complexos devido à multiplicidade de atores e interesses políticos envolvidos. É fundamental que futuras pesquisas nacionais se dediquem mais ao processo de

formulação de políticas públicas, pois esse aspecto pode impactar significativamente todas as etapas subsequentes.

Algumas limitações da pesquisa também precisam ser consideradas. Quando estudado o Catálogo de Teses de Dissertações da Capes, observa-se que importantes obras ficaram de fora por falta de disponibilidade na internet. Esta pesquisadora entrou em contato com algumas bibliotecas de Universidade, sem obtenção de resposta. Quanto aos artigos, alguns não puderam ser analisados, pois tinham acesso restrito, seja mediante pagamento ou contato com o autor. Em ambas as formas foram descartadas o uso por dificultar a replicabilidade da pesquisa e por falta de verbas de financiamento para esta pesquisa. Uma rede de contato e pesquisas maiores, com grupos de estudos para solucionar este problema podem tornar pesquisas futuras na área mais robustas.

No que concerne ao trabalho utilizando o banco de dados do Google scholar, a também que se fazer uma consideração. Por falta de possibilidade de baixar os artigos num formato que fosse viável a formatação em tabela para análise dos dados e pela quantidade de respostas a pesquisa, foi necessário dispendir tempo precioso para a pesquisa, digitando caso a caso na planilha de Excel, tempo este que poderia ter sido utilizado para uso de outros descritores, para gerar um modelo ainda mais consistente para a resposta de pesquisa.

A ausência de literatura específica sobre a temática de desafios e problemas, principalmente a nacional, também teve seu peso no trabalho final. A busca na literatura esparsa, com temática mais correlata que específica na área de desafios da política pública, encontrando mais sustentação em estudos de caso, pode ter um peso de enviesar a pesquisa. Dando visibilidade a temática, espera-se mais estudos futuros na área, que possam mitigar esta problemática.

Em suma, apesar de entender que esta pesquisa possa vir a contribuir para o entendimento dos desafios enfrentados na formulação de políticas públicas no contexto brasileiro, é necessário que mais pesquisadores, além de se dedicar a temática, possam formar um rede de pesquisa para estudos futuros nessa área, sendo um ponto crucial para o desenvolvimento do país, abrindo a possibilidade de estudos no caso de formulação de políticas públicas, em que a agenda de pesquisa seja mais evidenciada que a agenda política.

REFERENCIAL

- ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, n. 10. Brasília: ENAP, 1997.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análises em revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.
- AKANLE, O.; OMOBOWALE, A. O. Contemporary Issues in Public Policy. **Public Policy and Research in Africa**, p. 123–158, 19 out. 2022.
- ALCANTARA, F. V. de. **As políticas de "desenvolvimento regional": o caso do projeto comunitário do rio gavião no sudoeste da Bahia (1996-2004)**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- ALMEIDA, C.; BÁSCOLO, E.. Use of research results in policy decision-making, formulation, and implementation: a review of the literature. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, Sup. S7-S33, 2006.
- ALMEIDA, L. de A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 3, p. 444–455, 2018.
- ALMEIDA, M. M. de. **A adesão de adolescentes ao tratamento para o uso de álcool e outras drogas: um bicho de sete cabeças**. 2010. 358 f. Tese (Doutorado) –Cursode Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALVES, E. *et al.* Como Fazer uma Revisão Sistemática da Literatura? Um Guia Prático em Governança Marinha. In: FERNANDES, Ivan Filipe (Org.). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Editora IOLE, 2022, p.119-158.
- ALVES, M. C. **Programas de Prevenção à Criminalidade–dos processos sociais à inovação da política pública–a experiência do Programa Fica Vivo!** 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.
- ANDRADE, L. S. B. de. **As Políticas Públicas de Mercado de Trabalho nos Países Desenvolvidos e no Brasil**: para além do seu caráter compensatório. 2010. 145 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.
- ANDRADE, S. C. P. de. **Polícia bipartida**: uma reflexão sobre o sistema policial mineiro. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2006.
- ANGELO, K. C. de A. **Partidos Políticos e Educação: A Implantação da Reforma Educacional e o Papel da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1995-1998)**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

ARAKAWA, T. *et al.* Avaliação de desempenho de Programas de Controle de Tuberculose no contexto brasileiro e espanhol: uma revisão integrativa da literatura. **Ciênc. Saúde Colet.**, p. 3877–3889, 2015.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 83, 2017.

ARAÚJO, S. M. V. G. de. **Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas**. Orientador: Paulo Carlos Du Pin Calmon. 2007. 335 f. Dissertação (Mestre em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2007.

ARRETCHE, M.. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2013.

ARRETCHE, M. e MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2007.

ASSUMPÇÃO-RODRIGUES, M. SKILL FORMATION, GOVERNANCE, AND DEMOCRACY IN BRAZIL: THE STATE OF THE ART OF A PUBLIC POLICY. **International Journal of Education and Research**, v. 1, n. 2, p. 1985–1996, 2013.

BARBOSA, G. S. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: COMO A ESCOLA A ACOLHE?** 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARDACH, Eugene. **A Practical Guide for Policy Analysis: The Eightfold Path to More Effective Problem Solving**. Sage Publications, 2012.

BATISTA, M.; DOMINGOS, A.; VIEIRA, B. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. **BIB**, São Paulo, n. 94, 2021 (publicada em agosto de 2020), pp. 1-25.

BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 32, 23 set. 2015.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N.. O Processo de Agenda-Setting para os Estudos das Políticas Públicas. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015.

BREWER, G. The policy sciences emerge: to nurture and structure a discipline. **Policy Sciences**, v. 5, n. 1, p. 239-244, 1974.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N.. REVISÃO DA LITERATURA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2017.

BRONZO, C.; IMURA, C. P.; ASSIS, M. A. D. **Avaliação de Políticas Públicas: por onde começar? Um guia prático da Metodologia do Marco Lógico**. Brasil: Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

CAIRNEY, P. How can policy theory have an impact on policymaking? The role of theory-led academic–practitioner discussions. **Teaching Public Administration**, v. 33, n. 1, p. 22–39, 2 maio 2014.

CAMARGO, C. M. de. Minha Casa Minha Vida - Entidades: novos arranjos para a operação da política habitacional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. e3510219-1-e3510219-18, 2020.

CANÇADO, A. C. *et al.* . POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: revisão sistemática da literatura. **Revista Observatório**, Palmas, v. 7, n. 1, p. 1-20, jan. 2021.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasil: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018b. p. 152

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB** , n. 61, p. 25-52, 2006

CAPELLA, A. C. N.; SOARES, A. G.; BRASIL, F. G. Pesquisa em políticas públicas no Brasil: um mapeamento da aplicação de modelos internacionais recentes na literatura nacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2014, Brasília. **Anais**. Brasília, DF: ABCP, 2014.

CARVALHO, A. C. P. DE L. F. DE .. Inteligência Artificial: riscos, benefícios e uso responsável. **EstudosAvançados**, v. 35, n. 101, p. 21–36, jan. 2021.

CASTRO, F. G.; BARRERA, M.; HOLLERAN STEIKER, L. K. Issues and Challenges in the Design of Culturally Adapted Evidence-Based Interventions. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 6, n. 1, p. 213–239, mar. 2010.

CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M. Public innovation in Brazil:: An overview of its types, results and drivers.. **Ipea**. Brasília, abr. 2017 1415-4765.

CERDA, Arcadio A. *et al.* Comparison of the healthcare system of Chile and Brazil: strengths, inefficiencies, and expenditures. **Cost Effectiveness And Resource Allocation**, [s. l.], v. 71, n. 20, p. 1-8, 16 dez. 2022.

CHAVES, G. de L. D.; SANTOS, J. L. dos; ROCHA, S. M. S..The challenges for solid waste management in accordance with Agenda 21: a brazilian case review. **Waste Management & Research: The Journal for a Sustainable Circular Economy**, [S.L.], v. 32, n. 9, p. 19-31, 14 jul. 2014.

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D. **The Politics of Agenda-Building**: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. *Journal of Politics*. Vol. 33, Nº 4. Nov. 1971.

COELHO, Beatriz *et al.* **Plataforma Sucupira: conheça as funcionalidades dessa ferramenta de atualização de informações acadêmicas**. 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/plataforma-sucupira/>. Acesso em: 16 maio 2023.

CORRÊA, J. S.; CECCHETTO, F. R.; FERNANDES, F. L.. Narrativas policiais sobre prevenção da violência e juventudes: experiências no Brasil e na Escócia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4603–4612, out. 2021.

COSTA, L. S.. Inovação nos serviços de saúde: apontamentos sobre os limites do conhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 14, p. 1-12, 2016.

COSTA, M. M. da. **Formação da Agenda Governamental: as políticas públicas de economia solidária no Brasil e na Venezuela**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA-SOUZA, J.; VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; PINELL, P.. A socio-historical approach to policy analysis: the case of the Brazilian Workers' Food Policy. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. e00140516, 2018.

COUTINHO, S. M. V. et al.. Redes acadêmicas para pesquisa e capacitação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma revisão crítica. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 165–184, set. 2012.

CRUZ, A. P. DE C.; FERLA, A. A.; LEMOS, F. C. S.. ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e154362, 2018.

CURZEL, D. N.. **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: ESTUDO DO BAIXO DESEMPENHO EM UMA ESCOLA DE GRAVATAÍ, RS**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Centro Universitário La Salle-Unilasalle, Canoas, 2012.

DOURADO, C. E.. **PLANEJASUS–Contribuições ao Plano de Saúde do Município de Goiânia no Período de 2005-2008**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2010.

DUNN, William N. **Public policy analysis**. Routledge, 2017.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 15. ed. Boston: Pearson, 2017.

FACCHINI, L. A.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. S.. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 208–223, set. 2018.

FADUL, E. M.C; SOUZA, A. R. A Analisando a interface entre o gerencialismo, a criação das agências reguladoras e a inovação institucional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 30, 2006.

FADUL, E. M.C; SILVA, L. P. Retomando o debate sobre a reforma do estado e a nova administração pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 32, 2008.

FALCÃO, S. M. P.; EL-DEIR, S. G.; HOLANDA, R. M. de. Políticas para construções sustentáveis mediante a questão da habitação no Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e19691, 2022.

FARAH, M. F. S.. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959–979, nov. 2016.

FARIA, C. A. P. DE .. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97–110, out. 2005.

FARIA, C. A. P. DE ..Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21–30, fev. 2003.

FARIA, C. A. P. de . O Movimento das Políticas Públicas Baseadas em Evidências: uma radiografia crítica. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 97, 2022.

FARIA, C. A. P. de. IMPLEMENTAÇÃO: AINDA O “ELO PERDIDO” DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL?. **Revista Debates**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 13, 2012

FERREIRA, A. R.. Gestão de processos; módulo 3. Brasília: ENAP / DDG, 2013. 179 p. **Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO**. Revisão e adaptação – Coordenação-Geral de Projetos de Capacitação / DDG / ENAP.

FERREIRA, E. B. **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PLANEJAMENTO PLURIANUAL DO GOVERNO FHC**. Orientador: Dalila Andrade Oliveira. 2006. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FEUERWERKER, L. C. M. Trabajo y subjetividad: reflexiones a partir de la experiencia de enfrentar el COVID-19 en el Sistema Único de Salud de Brasil. **Salud Colectiva**, v. 17, p. e3356, 15 maio 2021.

FIGUEIREDO, D.; FERNANDES, A.; BORBA, L.; AGUIAR, T. H. Metodologias de pesquisa em ciência política: uma breve introdução. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 94, 2021.

FILASSI, M. *et al.*. Analyzing complexities in the Brazilian soybean supply chain: a systems thinking and modeling approach. **RAUSP Management Journal**, v. 57, n. 3, p. 280–297, jul. 2022.

FILGUEIRA, Hamilcar. “Identificação Das Causas De Conflitos Pelo Uso Da Água Na Bacia Hidrográfica Do Rio Gramame, Paraíba, Brasil.” **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2022.

FISCHER, Frank. **Reframing Public Policy**: Discursive Politics and Deliberative Practices. Oxford University Press, 2003.

FREITAS, L. DE A. A.; RÁDIS-BAPTISTA, G. Pharmaceutical pollution and disposal of expired, unused, and unwanted medicines in the brazilian context. **JXenobiot**, 2021.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão Sistemática Da Literatura**: Conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020.

GARRAUD, P.. Agenda/emergence. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (Dir.). **Dictionnaire des politiques publiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2004, p. 49-50.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., São Paulo: Atlas. 2008.

GL'99 Conference Program. Fourth International Conference on Grey Literature: New Frontiers in Grey Literature. GreyNet, Grey Literature Network Service. Washington D.C. USA, 4-5 October 1999.

GOMES, R. M. **REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**: Reflexões no contexto das Políticas Públicas Sociais. 2012. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GOMES, S.; MOURA, J.; ALVES, J.. O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO NA FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. **Caderno CRH**, v. 32, n. 87, p. 623-640, set. 2019.

GÖTTEMS, L. B. D. **Análise da política de Atenção Primária à Saúde desenvolvida no Distrito Federal**: a articulação entre o contexto político, os problemas, as alternativas e os atores na formação da política de saúde (1979 a 2009). Orientador: Elíoenai Dornelles Alves. 2010. 285 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2010.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L.. Hybridism as a national policy style: paths and dilemmas of the majoritarian and consensus approaches in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. e234516, 2021.

GOLDBERGER, A. S. **Econometric theory**. Nova York: John Wiley & Sons, 1964. p. 1.

GUERRA, M.; GONÇALVES, A. de O.; CHAÉBO, G.. Instituições e políticas públicas no Brasil:: agenda de pesquisa para a saúde. **Revista Gestão & Saúde**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. pag. 194-216, 2017.

HABIMORAD, P. H. L.. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 395–405, fev. 2020.

HASEGAWA, M. M.. **Políticas Públicas na Economia Brasileira**: uma aplicação do modelo mibra, um modelo interregional aplicado de equilíbrio geral. 2003. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Usp, Piracicaba, 2003.

HILL, M.; HUPE, P. **Implementing Public Policy**: Governance in Theory and in Practice. Sage Publications Ltd, 2002.

HOWLETT, M. **Designing public policies**: principles and instruments. London: Routledge, 2011.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A.. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOWLETT, M. From the “old” to the “new” policy design: design thinking beyond markets and collaborative governance. *Policy Sciences*, v. 47, n. 3, p. 187–207, 28 maio 2014.

JONES, M. P. **How Much Has the Game Changed?**: Revisiting Policymaking in Latin America a Decade Later. IDB Publications, 20 jan. 2017.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Harper Collins College Publishers, 1995.

KLEINSCHMIT, D.; ZIEGERT, R. F.; WALTHER, L.. Framing Illegal Logging and Its Governance Responses in Brazil – A Structured Review of Diagnosis and Prognosis. **Frontiers In Forest And Global Change**, Web Site, v. 4, n. 624072, p. 1-13, maio 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/ffgc.2021.624072/full>. Acesso em: 19 fev. 2024.

KOPITTKKE, A. L. W.; RAMOS, M. P.. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 2, p. 414–437, mar. 2021.

LACAZ, F. A. DE C.. O campo Saúde do Trabalhador nos 25 anos da Revista Ciência & Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4843–4852, dez. 2020.

LAMBA, J.; SILVESTRE, H.; CORREIA, A. As teorias do processo político na avaliação das políticas públicas brasileiras: aplicações e agenda de pesquisa. **BIB**, n. 88, p. 1-31, 2019.

LANGE, O. S.. **Violência Doméstica- cicatrizes da alma**: um histórico geral da luta das mulheres e o emprego da força contra a mulher na vida conjugal na cidade de Dourados-MS (1986-2000). 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

LASSWELL, H. D. The Policy Orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. (eds.). The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LASSWELL, H. D. **Learning to work for a better society**. São Paulo: Cultrix, 1971.

LASSWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, how**. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LAVIS, J..**How can we support the use of systematic reviews in policymaking?**, v.6. **PLoS Med**, 2009. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosmedicine/article/file?id=10.1371/journal.pmed.1000141&type=printable>>. Acesso em 06 de março de 2023.

LEBRÃO, R. M..**Federalismo e políticas públicas sociais na Constituição de 1988**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LELIS, D. A. de J. .; MARQUES, R. Public Policies of Environmental Education in Brazil: An overview from international and national events. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e39910716841, 2021

LIMA, H. de P., SILVA, D. B. da ; ARATANI, Nathan. Avanços e desafios do Programa de Volta para Casa como estratégia de desinstitucionalização: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 89–100, 2022.

LIMA, L. L.. Planejamento governamental nos municípios brasileiros: em direção a uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 2, p. 323–335, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hGhGbJ85tdnrPkR7dfvQpJx/#ModalHowcite>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. DE .; LUI, L.. Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, p. e246779, 2021.

LUNA, R.; PALOTTI, P..**Coordenação governamental e os wickedproblems**. Instituto Serzedello Correa - Brasília / DF. IV Fórum Nacional das Transferências da União. 5 set. 2019. Apresentação de Power Point. 26 slides. color. Disponível em: https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/ajuda/Apresentacoes/arquivos-e-imagens/coordenacao_intergovernamental_-_enap-1.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

LYRA-DA-FONSECA, J. L. C..**HOMENS, FEMINISMO E DIREITOS REPRODUTIVOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2003-2006)**. 2008. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

MACHADO, C. V.; SALVADOR, F. G. F.; O'DWYER, G.. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 519–528, jun. 2011.

MADEIRA, L. M.; RODRIGUES, A. B.. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 3-21, jan./fev. 2015.

MARIATH, A. B.; MARTINS, A. P. B. Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 107, 14 dez. 2020.

MARINI, C. Aspectos Contemporâneos do Debate sobre Reforma da Administração Pública no Brasil: a agenda herdada e as novas perspectivas. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado—REE**, Salvador. nº 1, março/abril/maio, 2005. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/>. Acesso em : 10 de abril de 2024.

MARQUES, E. C. L. *et al.* Dossiê: métodos e explicações da política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 140-145, 2007.

MARQUES, E.; SOUZA, C. Políticas públicas no Brasil: avanços recentes e agenda para o futuro. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. S. (orgs.). **A Ciência Política no Brasil: 1960–2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 321-345.

MARTINS, A. C.P.; SANT’ANNA, P. A.; DURÃES ROCHA, J. F.; VIEIRA, M. A. Programa mais médicos: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 30, n. 4, 2017.

MARTINS, F. C. *et al.* Atraumatic Restorative Treatment as public policy: a systematic review. **Researcher Square**, 2022.

MATEUS, R.; PADILHA, D. Avaliação multicritério da fragilidade do território no Brasil . A silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul. **Finisterra**, [S. l.], v. 52, n. 104, 2017.

MATOS, C. A. de. **Os descaminhos da implementação do SUS em Rondônia**: contexto de federalismo predatório, de reformas gerenciais e de maus governos na floresta. 2007. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

MATUS, C. **Teoria do Jogo Social**. São Paulo: Fundap, 2005.

MAVROT, C.; HADORN, S.; SAGER, F. Blood, sweat, and cannabis: real-world policy evaluation of controversial issues. **Journal of European Public Policy**, v. 30, n. 9, p. 1884–1910, 18 jun. 2023.

MCLENNAN, J. D; MACMILLAN, H.L.; JAMIESON, E. Canada’s programs to prevent mental health problems in children: the research-practice gap. **Canadian Medical Association Journal**, v. 171, n. 9, p. 1069–1071, 26 out. 2004.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999. (Ciência Política, 3)

MENDES, M. (org.) **Para não esquecer**: políticas públicas que empobrecem o Brasil. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

MESSERI, L.; CROCKETT, M. J. Artificial intelligence and illusions of understanding in scientific research. **Nature**, v. 627, n. 8002, p. 49-58, mar. 2024.

MILANI, C. R. S.. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551–579, maio/2008.

MOREIRA, L. P. Desafios da pesquisa em política educacional: reflexões sobre modelos e abordagens / Challenges for research in educational policy: reflection on models and approaches. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 90–104, 2017.

MOREIRA, L. M. de C.. **CENTROS VIVA VIDA DE REFERÊNCIA SECUNDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DA ATENÇÃO PEDIÁTRICA**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MORTATTI, M. do R. L.. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, ago. 2010.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015.

Nair, S.; Howlett, M. The central conundrums of policy formulation: ill-structured problems and uncertainty. In: Howlett, M.; Mukherjee, I. **Handbook of Policy Formulation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017.

NATIONS, F. AND A. O. OF THE U.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. DE A. An in-depth review of the evolution of integrated public policies to strengthen family farms in Brazil. **Agrifood Economics | Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em: <<https://www.fao.org/agrifood-economics/publications/detail/en/c/320299/>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

NIGENDA, G. *et al.* Breast cancer policy in Latin America: account of achievements and challenges in five countries. **Globalization and Health**, v. 12, n. 1, 12 jul. 2016.

NOGUEIRA, R. M.. Sixty years of the National Food Program in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 29, n. 2, p. 253–267, mar. 2016.

NORTH, Douglass. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NOVAES, H. M. D. e SOÁREZ, P. C. de. Organizações de avaliação de tecnologias em saúde (ATS): dimensões do arcabouço institucional e político. **Cadernos de saúde Pública**, v. 33, n. supl. 2, p. S1-S14, 2016.

NUTLEY, S. Bridging the policy-research divide: Reflections and lessons from the United Kingdom. **Canberra Bulletin of Public Administration**, n. 108, p. 19–28, 2003.

OKOLI, C.; DUARTE, T. por:David W. A.; MATTAR, R. técnica e introdução:João. Guia Para Realizar uma Revisão Sistemática de Literatura.**EaD em Foco**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, J. C. P. de. **Estado local como produtor e modelador do espaço urbano. Um estudo de caso das políticas municipais de habitação em Campos dos Goytacazes, RJ'**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge:Cambridge University Press, 1990.

OTTONI, C..**Indicadores sociais na formulação de políticas públicas federais brasileiras: teoria e prática**. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Indicadores Sociais na Formulação de Políticas Públicas Federais Brasileiras : Teoria e Prática., Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PACHECO, J. P. S.; SCHWARTZ, G. M. Políticas Públicas e Espaços de Esporte e Lazer nos Estudos Acadêmicos: Uma Revisão Sistemática. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 341–376, 2021.

PAIM, J. S.; COSTA, H. O. G.; VILASBÔAS, A. L. Q.. Política pública e controle da violência: um estudo de caso na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 3, p. 485–494, mar. 2009.

PAULA, C. C. DE *et al.* Fatores que interferem no acesso de primeiro contato na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Revista de pesquisa**, p. 4056–4078, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-776226>. Acesso em: 19 fev. 2024.

PAULA, C. R. DE *et al.*. Desafios globais das políticas de saúde voltadas à população masculina: revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE01587, 2022.

PAULA, E. L. N. DE. O processo de construção das políticas públicas. Controle Externo - **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, ano 1, n. 02, p. 133-141, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revcontext.tce.go.gov.br/index.php/context/article/view/74>. Acessoem: 25/02/2024

PAWSON, R. *et.al.*. Realist synthesis: an introduction.**RMPMethodsPaper**, 2004.

PEDROSO, R. T.; JUHÁSOVÁ, M. B.; HAMANN, E. M.. A ciência baseada em evidências nas políticas públicas para reinvenção da prevenção ao uso de álcool e outras drogas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e170566, 2019.

PESSOTO, U. C.; RIBEIRO, E. A. W.; GUIMARÃES, R. B. The role of the state in public health policies: an overview of the debate on the concept of State and the Brazilian case.**Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 9-22, 2015.

PETERS, G..Coordination problems in the formulation and implementation of public policies. In: M. Hill & P. Hupe (org). **Implementing Public Policy**: Theory and Practice, 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

PIERANTONI, C. R.. **Reformas da saúde e recursos humanos: novos desafios X velhos problemas: um estudo sobre recursos humanos e as reformas recentes da política nacional de saúde.** 2000. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PINHEIRO, M. M. S.. Políticas Públicas Baseadas em Evidências: uma avaliação crítica. **Boletim de Análise Político-Institucional.** Novembro 2020, n. 24, p. 17–27, 3 dez. 2020.

PRISMA. **Transparent reporting of systematic reviews and meta-analyses.** 2024. Disponível em: <<http://www.prisma-statement.org>>. Acesso em: 06 mar.2024.

QUEIROZ, G. P. de. **Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil no período de 2001 a 2010 : uma análise de impacto orçamentário.** 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Administração - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RADAELLI, C. The Role of Knowledge in the Policy Process. **Journal of European Public Policy**, v.2, p. 159-183, 1995.

RAJ , R. **Common policy problems and what researchers can do about them.** **LSE Impact blog**, 29 out. 2020. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/>>. Acesso em: 5 mar. 2024

REIS FILHO, A. A. dos. **ANÁLISE INTEGRADA POR GEOPROCESSAMENTO DA EXPANSÃO URBANA DE TERESINA COM BASE NO ESTATUTO DA CIDADE: ESTUDO DE POTENCIALIDADES, RESTRIÇÕES E CONFLITOS DE INTERESSES.** 2012. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RESENDE, G. M. Regional development policy in brazil: a review of evaluation literature. **Redes**, v. 18, n. 3, p. 202-225, 4 nov. 2013.

RESENDE, T. C. *et al.*. Avaliação de Políticas Públicas: revisão sistemática sobre um programa de pagamento por desempenho na saúde pública no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 23, n. 59, p. 63–77, 2021.

RIBEIRO, D. D. *et al.* Implementação e prospecções do Programa Mais Médicos no Brasil sob o enfoque do modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon. **RevistaEspacios**, Caracas, v. 38, n. 38, p. 1-15, jun. 2017.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciences**, v. 4, n. 2, p. 155-169, 1973.

ROCHEFORT, David; COBB, Roger. Problem definition: an Emerging perspective. In: Rochefort, D.A.; Cobb, R.W. (eds.). **The Politics of Problem Definition: Shaping the Policy Agenda.** Lawrence: University of Kansas Press, 1994

RODRIGUES, H. B. S. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação**. 2009. 327f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SABATIER, P. A. **Theories of the policy process**. Vol. 2. Westviewpress, 2007.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. **The advocacy coalition framework: an assessment**. *Theories of the Policy Process*, v. 118, p. 188, 1999.

SALAS-ZAPATA, W. *et al.* Paradigmas en el análisis de políticas públicas de salud: limitaciones y desafíos. **Rev. panam. salud pública**, p. 77–81, 2012.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, pp. 83-89, 2007.

SANTOS, A. D. dos. **Mudanças institucionais e organizacionais na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): um estudo de política comparada nos Estados do Tocantins, Acre e Rondônia**. 2004. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

SANTOS, F.; CANELLO, J.. Comissões Permanentes, Estrutura de Assessoramento e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados do Brasil. **Dados**, v. 59, n. 4, p. 1127–1168, out. 2016.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. **The Semi-Sovereign People**. New York, Winston, 1960.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016a.

SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. Cengage Learning, 2020.

SHAFRITZ, J., and BORICK, C.. Decision making in public policy. In: SHAFRITZ, J.; Hyde, A. e BORICK, C. (org.). **Introduction to Public Policy**, 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

SILVA, J. A. DA .; BIANCHI, M. DE L. P.. **Cientometria: a métrica da ciência**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 11, n. 21, p. 5–10, 2001.

SILVA, J. F. da. **A presença das organizações não-governamentais nas políticas de superação das desigualdades raciais**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, R. C. da. **Políticas públicas, atores sociais e conhecimento: gestão sustentável das florestas públicas no Brasil**. 2010. 189 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SILVA, W. A.; MORAES, R. A. DE. Direita e esquerda no pensamento de Norberto Bobbio. **Agenda Política**, v. 7, n. 1, p. 168–192, 27 maio 2019.

SILVEIRA, P. S.; PAIM, J. S.; ADRIÃO, K. G.. Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 276–291, 2019.

SOARES, G.. “O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 48, pp. 27-52, 2005.

SOARES, C. B.. Integrative Review: Concepts And Methods Used In Nursing. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 335–345, abr. 2014.

SONTAG, D.; GOMES, B. M. A.; SÁNCHEZ, A. V. Agenda Dos Usuários Nas Políticas Públicas De Turismo: Uma Análise Em Curitiba (Brasil). **Turismo y Sociedad**, v. 27, p. 95–109, 2020.

SOUSA, J. R. F. de ., BATISTA, L. F., HELAL, D. H.. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. **Sociedade e Estado**, 37(2), 457–487(2022). <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020004>

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. set./dez. 2010. 793-822, 2010.

SOUZA, A. A. DE .; HELLER, L.. Programa Bolsa Família e saneamento: uma revisão sistemática dos efeitos na diarreia e na desnutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 8, p. 3087–3098, ago. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, C. “Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas”. In Hochman, G., Arretche, M. e Marques, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, **Fiocruz**. 2007

STOKER, G. Participation. In: HILL, M. e HUPE, P. (org). **Implementing Public Policy: Theory and Practice**, 2ª ed.. Rio de Janeiro:FGV Editora, 2018.

STONE, D. Causal stories and the formation of policy agendas. **Political Science Quarterly**, v. 104, n. 2, p. 281-300, 1989.

STROZENBERG, F..**Direito universal à saúde: fundamentalidade e efetividade**. 2008. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.

SUMIYA, L. A.; ARAÚJO, M. A. D.; SANO, H. A Hora da Alfabetização no Ceará: O PAIC e suas Múltiplas Dinâmicas. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 25, p. 36, 2017.

THOENIG, J. L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, Madeleine et LÉCA, Jean. *Traité de SciencePolitique*. Vol.4: **Les politiques publiques**. Paris: P.U.F., 1985, p.7.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M..Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, maio 2008.

TRICCO, A. C. *et al.* “PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA - ScR): checklist and explanation”. **AnnalsofInternalMedicine**,v . 169, n. 7, 2018.

VIEIRA, J. B. **Fundamentos da Gestão Pública**. Recife: Editora da UFPE, 2023.

WATANABE, L. M. *et al.* Food and Nutrition Public Policies in Brazil: From Malnutrition to Obesity. **Nutrients**, v. 14, n. 12, p. 2472, 15 jun. 2022.

WELTER, M. G..**Gestão de águas urbanas: percepção ambiental e práticas democráticas na cidade**. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

WOODROW , W . O Estudo da Administração. **Revista do Serviço Público**, v . 56, n. 3, p.349-366, 2014.

Whittemore, R., Knafl, K.. The integrative review: update methodology.**JAdvNurs**, v.52, n.5, p. 546-53, 2005.

WINKLER, I.A **implementação das políticas públicas brasileiras de inclusão digital**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestre em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

WU, X. *et al.* Guia de Políticas Públicas: Gerenciando processos. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>>.

YANG, Y. *et al.* What are the core concerns of policy analysis? A multidisciplinary investigation based on in-depth bibliometric analysis. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 10, n. 1, 1 maio 2023.

YOUNG, C. E. F. Green Economy Policies in Brazil: Challenges and Opportunities.**Revista del CESLA**.InternationalLatin American Studies Review, n. 16, p. 261–277, 9 dez. 2013.

ZITZKE, V. A.**Rede Sociotécnica Da Usina Hidrelétrica Do Lageado (To) E Os Reassentamentos Rurais Das Famílias Atingidas**. 2007. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciencias Humanas Sociedade e Meio Ambiente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICE A–RELAÇÃO DE CASOS DA AMOSTRA

Quadro 9 – Artigos da amostra

Ano da publicação	TÍTULOS
2000	Reformas da saúde e recursos humanos: novos desafios x velhos problemas - um estudo sobre recursos humanos e as reformas recentes da política nacional de saúde.
2003	Políticas Públicas na Economia Brasileira: Uma Aplicação do Modelo MIBRA, um Modelo Inter-Regional Aplicado de Equilíbrio Geral.
2004	Violência Doméstica- cicatrizes da alma: um histórico geral da luta das mulheres e o emprego da força contra a mulher na vida conjugal na cidade de Dourados-MS (1986-2000)
2004	Mudanças institucionais e organizacionais na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): um estudo de política comparada nos Estados do Tocantins, Acre e Rondônia
2005	Implementação das Políticas Públicas de inclusão digital
2006	Polícia bipartida: uma reflexão sobre o sistema policial mineiro
2006	A educação profissional no planejamento plurianual do governo FHC
2006	Indicadores Sociais na Formulação de Políticas Públicas Federais Brasileiras: teoria e prática
2006	Use of research results in policy decision-making, formulation, and implementation: a review of the literature
2007	As Políticas de “Desenvolvimento Regional”: O Caso do Projeto Comunitário do Rio Gavião no Sudoeste da Bahia (1996-2004)
2007	Coalizões de Advocacia na Formulação da Política Nacional de Biodiversidade e Florestas
2007	Rede Sociotécnica Da Usina Hidrelétrica Do Lageado (To) E Os Reassentamentos Rurais Das Famílias Atingidas
2007	Partidos Políticos e Educação: A Implantação da Reforma Educacional e o Papel da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1995-1998)
2007	Os descaminhos da implementação do SUS em Rondônia: contexto de federalismo predatório, de reformas gerenciais e de maus governos na floresta
2008	Educação ambiental, uma política pública educacional: como a escola a acolhe?
2008	Programas de Prevenção à Criminalidade – dos processos sociais à inovação da política pública – a experiência do Programa Fica Vivo!
2008	Formação da Agenda Governamental: as políticas públicas de economia solidária no Brasil e na Venezuela
2008	Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)
2008	A presença das organizações não-governamentais nas políticas de superação das desigualdades raciais
2008	Direito universal à saúde: fundamentalidade e efetividade.
2009	Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação
2009	Gestão de águas urbanas: percepção ambiental e práticas democráticas na cidade
2009	Estado local como produtor e modelador do espaço urbano. Um estudo de caso das políticas municipais de habitação em Campos dos Goytacazes, RJ'
2009	Política pública e controle da violência: Um estudo de caso na cidade de

	Salvador, Bahia, Brasil
2010	Federalismo e políticas públicas sociais na constituição de 1988
2010	Análise da política de atenção primária à saúde desenvolvida no Distrito Federal: a articulação entre o contexto político, os problemas as alternativas e os atores na formação da política de saúde (1979 a 2009)
2010	As Políticas Públicas de Mercado de Trabalho nos Países Desenvolvidos e no Brasil: para além do seu caráter compensatório
2010	Políticas Públicas, Atores Sociais e Conhecimento: A Gestão Sustentável das Florestas Públicas no Brasil
2010	A adesão de adolescentes ao tratamento para o uso de álcool e outras drogas: um bicho de sete cabeças
2010	PLANEJASUS – Contribuições ao Plano de Saúde do Município de Goiânia no Período de 2005-2008
2010	Centros Viva Vida de referencia secundária: um estudo de caso da atenção pediátrica
2010	Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências
2010	Alfabetização no Brasil: Conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados
2011	Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil no período de 2001 a 2010: uma análise de impacto orçamentário
2011	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira
2012	Educação matemática: estudo do baixo desempenho em uma escola de Gravataí, RS
2012	Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das Políticas Públicas Sociais
2012	Análise integrada por geoprocessamento da expansão urbana de Teresina com base no estatuto da cidade: estudo de potencialidades, restrições e conflitos de interesses
2013	Skill formation, governance, and democracy in Brazil: the state of the art of a public policy
2013	Regional development policy in Brazil: a review of evaluation literature
2013	Green economy policies in Brazil: challenges and opportunities
2014	Instituições e políticas públicas no Brasil: agenda de pesquisa para a saúde
2014	The challenges for solid waste management in accordance with Agenda 21: a Brazilian case review
2014	Planejamento governamental em saúde no estado da Bahia, Brasil: atores políticos, interação social e aprendizado institucional
2015	Avaliação de desempenho de Programas de Controle de Tuberculose no contexto brasileiro e espanhol: uma revisão integrativa da literatura
2015	An in-depth review of the evolution of integrated public policies to strengthen family farms in Brazil
2015	The role of the state in health public policies: an overview of the debate on the concept of State and the Brazilian case.
2015	A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social
2015	Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período de 2003-2011
2016	Organizações de avaliação de tecnologias em saúde (ATS): dimensões do arcabouço institucional e político

2016	Breast cancer policy in Latin America: account of achievements and challenges in five countries
2016	Desafios da pesquisa em política educacional: reflexões sobre modelos e abordagens/Challenges for research in educational policy: reflection on models and approaches
2016	Sixty years of the national food program in Brazil
2016	Fatores que interferem no acesso de primeiro contato na atenção primária à saúde: revisão integrativa
2016	Comissões Permanentes, Estrutura de Assessoramento e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados do Brasil
2016	Inovação nos serviços de saúde: apontamentos sobre os limites do conhecimento
2017	How much has the game changed? Revisiting policymaking in Latin America a Decade Later
2017	Public innovation in Brazil: an overview of its types, results and drivers
2017	Programa mais médicos: uma revisão integrativa
2017	Implementação e prospecções do Programa Mais Médicos no Brasil sob o enfoque do modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon
2017	Avaliação multicritério da fragilidade do território às atividades florestais: Zoneamento ambiental no estado do Rio Grande do Sul
2018	Public policies, agents and agendas: review of the debate with emphasis on urban planning
2018	Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas
2018	Uma abordagem sócio-histórica à análise de políticas: O caso do programa de alimentação do trabalhador no Brasil
2018	Alguns aspectos da política nacional de saúde do trabalhador no Brasil
2019	A ciência baseada em evidências nas políticas públicas para reinvenção da prevenção ao uso de álcool e outras drogas
2020	Planejamento governamental nos municípios brasileiros: em direção a uma agenda de pesquisa
2020	O campo Saúde do Trabalhador nos 25 anos da Revista Ciência & Saúde Coletiva
2020	Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
2020	Políticas Públicas e Espaços de Esporte e Lazer nos Estudos Acadêmicos
2020	Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse
2020	Minha Casa Minha Vida – entidades: Novos arranjos para a operação da política habitacional no Brasil
2020	Políticas para construções sustentáveis mediante a questão da habitação no Brasil
2020	Agenda dos usuários nas políticas públicas de turismo: uma análise em Curitiba (Brasil)
2021	Programa Bolsa Família e saneamento: uma revisão sistemática dos efeitos na diarreia e na desnutrição
2021	Framing illegal logging and its governance responses in Brazil—a structured review of diagnosis and prognosis
2021	Pharmaceutical pollution and disposal of expired, unused, and unwanted medicines in the Brazilian context
2021	Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil: um panorama a partir de eventos internacionais e nacionais

2021	Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas
2021	Hybridism as a national policy style: paths and dilemmas of the majoritarian and consensus approaches in Brazil
2021	O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática
2021	Avaliação de Políticas Públicas: revisão sistemática sobre um programa de pagamento por desempenho na saúde pública no Brasil
2021	Políticas Públicas no Brasil: revisão sistemática da literatura
2021	Narrativas policiais sobre prevenção da violência e juventudes: experiências no Brasil e na Escócia
2021	Trabajo y subjetividad: reflexiones a partir de la experiencia de enfrentar el COVID-19 en el Sistema Único de Salud de Brasil
2022	Desafios globais das políticas de saúde voltadas à população masculina: revisão integrativa
2022	Avanços e desafios do Programa de Volta para Casa como estratégia de desinstitucionalização: revisão integrativa
2022	Comparison of the healthcare system of Chile and Brazil: strengths, inefficiencies, and expenditures
2022	Food and Nutrition Public Policies in Brazil: From Malnutrition to Obesity
2022	Atraumatic Restorative Treatment as public policy: a systematic review
2022	Identificação das causas de conflitos pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Gramame
2022	Analyzing complexities in the Brazilian soybean supply chain: a systems thinking and modeling approach

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B–DICIONÁRIO DA BASE DE DADOS

Quadro 10–Dicionário da base de dados

Variável	Descrição
ID	Código identificador do caso
Ano	Ano da publicação
Títulos	Títulos atribuídos às obras
Autores	Autores das obras
Nome da revista	Nomes dos periódicos
Instituição	Instituição a qual a pós-graduação é vinculada
Pós-graduação	Curso de pós-graduação
Escopo obra	Área temática da obra
Escopopós	Área temática da pós-graduação
Escopo Rev	Área temática da revista
Buscador	Banco de dados primário
Citações	Quantas vezes o artigo é citado conforme métrica do <i>google scholar</i>
Língua est.	Informa se a língua da publicação é estrangeira (S) ou não (N)
N_capes	Nota da CAPES para o curso de pós-graduação (2017-2020)
N_qualis	<i>Qualis</i> do periódico
H-index	<i>H-index</i> do periódico
Metodologia	Tipo de pesquisa
Técnica de coleta de dados	Técnica de coleta de dados
Amplitude do estudo	Tipos de estudo
Referencial analítico	Modelos analíticos
Grupo 1	Categoria que envolve os problemas informacionais na formulação de política pública - ausência de conhecimento; assimetria informacional; ausência de políticas públicas baseadas em evidências.
Grupo 2	Categoria que envolve os problemas na identificação do problema público; impasses políticos; conflito de interesse; divergência/convergência de atores; Força política; Tomada de decisão; Público alvo e agenda.
Grupo 3	Categoria que envolve os problemas na formulação de alternativas: análise de impactos; construção de alternativas; análise de custos-benefícios; projeção dos efeitos; burocracia (não só o corpo burocrático, como questões administrativas); financiamento e regulação.
Prob 1	Problema de conflitos de interesse, federativo e de poder
Prob 2	Problema de falta de participação social
Prob 3	Problema de limitação orçamentária, financeira e de recursos humanos
Prob 4	Problema de ausência de parâmetros para avaliar e monitorar
Prob 5	Problema de política não pensada para situação local
Prob 6	Problema de mobilização de atores
Prob 7	Problema de ausência de política pública baseada em evidências
Prob 8	Problema de eficiência e/ou eficácia

Prob 9	Problema de visão única ou dominante
Prob 10	Problema de não conseguem mudanças significativas
Prob 11	Problema de falta de estrutura
Prob 12	Problema de mudança contínua de atores
Prob 13	Problema de morosidade
Prob 14	Problema de identificação do problema

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE C – PREFERRED REPORTING ITEMS FOR SYSTEMATIC REVIEWS AND META-ANALYSES EXTENSION FOR SCOPING REVIEWS (PRISMA-SCR) CHECKLIST

Título

1 – Título: PROBLEMAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA BRASILEIRA

ABSTRACT

2 – Resumo: Esta pesquisa investiga os principais desafios no processo de formulação das políticas públicas por meio de uma revisão sistemática da literatura brasileira. A revisão sistemática da literatura foi realizada em quatro bases de dados: o catálogo de teses e dissertações da Capes, *Google Scholar*, *Scopus*, *Web of Science* e *scielo (web ofscience)*. Utilizando os parâmetros de pesquisa estabelecidos, foram selecionados 96 documentos, incluindo artigos de revisão, teses e dissertações, para serem analisados sob três perspectivas: bibliométrica, metodológica e substantiva. Os resultados destacam que os principais desafios no processo de formulação de políticas públicas são os conflitos de interesse, de poder e federativos, a reduzida participação social, além das restrições orçamentárias, financeiras e de recursos humanos, que juntos representam 55% de todos os desafios identificados nos estudos.

INTRODUÇÃO

3 – Racional (justificativa): Importante o trabalho nesta área, porque pouco tem se produzido acerca de formulação (Batista et. al., 2021). Nas pesquisas realizadas para a realização deste trabalho, não há apontamentos, ao menos reunidos, sobre possíveis problemas na formulação. Erros na fase de formulação geram políticas públicas de baixo desempenho que perpetuam os problemas sociais. Mapeando as dificuldades da formulação em políticas públicas, será mais fácil dar robustez ao processo e oferecer as evidências científicas necessárias para embasar uma decisão de política pública.

4 – Objetivos: analisar os problemas na formulação de políticas públicas no contexto brasileiro, identificando tendências e padrões por meio de uma revisão sistemática da literatura. Utilizando a questão norteadora da pesquisa: “quais são os principais problemas identificados no processo de formulação das políticas públicas, segundo a literatura brasileira?” junto às bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *Google Scholar*, *scielo (web ofscience)* e o catálogo de teses e dissertações da Capes, que subsidiaram a escolha de 96 documentos analisados sob a ótica bibliométrica, metodológica e substantiva.

METODOLOGIA

5 - Protocolo e registro: o protocolo PRISMA foi adotado no presente trabalho. Este inclui uma lista de 22 itens divididos em sete seções, tais quais título, resumo, introdução, métodos, resultados, discussão e financiamento, além de guiar a redação dos resultados.

6 - Critérios de elegibilidade: em quatro dos bancos de dados (*Google Scholar*, *Scopus*, *Web of Science* e *scielo (web ofscience)*) foram selecionados apenas artigos de revisão e com acesso aberto para o texto *full*. Foram utilizados termos em inglês com o operador booleano em inglês, para haver padronização já que o banco de dados *Scopus* só aceita termos em inglês. No banco de dados “catálogo de teses e dissertações da Capes” os termos foram em português e apenas o operador booleano em inglês. Não havia como selecionar o acesso aberto diretamente no banco de dados, tendo sido utilizado o site *google* para verificar a disponibilidade dos achados no referido catálogo. Foram realizadas buscas no dia 30/12/2022 no *Scopus* e *Web of Science*, 15/10/2022 no *Google Scholar* e “catálogo de teses e dissertações da Capes” e no dia 10/04/2024 na *scielo (web ofscience)*. A definição dos termos se deu justamente pelo questionamento elaborado, utilizando dois termos distintos (“issues” e “problem*”) para que houvesse abrangência de possíveis termos utilizados pelos autores, todos entre aspas para que se procurasse a expressão exata. O caractere curinga “*” foi empregado com a finalidade de encontrar formas no plural e flexionadas da palavra. O operador “AND” foi empregado justamente para buscar a interseção entre os termos. Não foi definido um recorte temporal embora a primeira obra selecionada date dos anos 2000.

7 - Fontes de informação: *Google Scholar*, *Scopus* e *Web of Science*, foram definidas como bases de dados, visto a ampla indexação e relevância destas para pesquisas nacionais e internacionais. Já o catálogo de teses e dissertações da Capes foi escolhido por retratar a Academia brasileira e sua produção.

8 - Busca: No dia 15/10/2022 foram feitas buscas no banco de dados *Google Scholar* e Catálogo de teses e dissertações da Capes. No primeiro foi selecionada a opção de acesso aberto, texto completo e artigos de revisão, após os seguintes termos foram utilizados para busca: “formulation” AND “problem*” AND “publicpolicy” AND “Brasil” “formulation” AND “issues” AND “publicpolicy” AND “Brasil”. Após colocar os modelos para rodarem chegou-se a um n=887, que tirando os duplicados, chegou-se a um n=428. Já no segundo,

foram utilizados os seguintes termos: “problemas” AND “formulação” AND “políticas públicas” AND “Brasil”. Foram sugeridas 113 obras. Como próprio catálogo não oferece a opção de filtro, foi feita a busca manual para se verificar a acessibilidade no *Google*, onde resultou num $n=67$. Após, em 30/12/2022 no *Scopus* e *Web of Science*, utilizando os mesmos parâmetros do *Google Scholar*, resultando num $n=22$, no primeiro banco, sem nenhum duplicado e um $n=5$, no segundo banco, tendo apenas um artigo já existente no banco de dados, restando um $n=4$. Por fim, no dia 10/04/2024, utilizando também os mesmos parâmetros do *Google Scholar*, chegou-se a um $n=14$, que resultou, após retirada dos duplicados, a um $n=7$.

9 - Seleção dos estudos: Verificação manual de estar de acordo com os critérios proposto inicialmente (artigo de revisão, disponibilidade do texto completo, acesso aberto). Após, leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, leitura da introdução para saber se respondia o problema de pesquisa.

10 - Processo de coleta de dados: Após um “n” inicial de 1.041 obras, que reduziu para $n=574$ sem os duplicados, foram verificados os enquadramentos aos filtros inicialmente propostos, chegando a um $n=474$. Após a leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, a introdução, para verificar a pertinência temática em formulação de políticas públicas no Brasil, chegou a um “n” final de 96 títulos. Logo, a exclusão dos demais ($n=378$) deveu-se à não relação destes à temática de formulação de alguma política pública ou por não fazerem menção ao Brasil, sendo estes, portanto, critérios de eliminação. Assim, prosseguiu-se à leitura e integração dos artigos escolhidos e mapeamento conforme os eixos bibliométrico, metodológicos e substantivos.

11 - Lista dos dados: No que diz respeito aos eixos de interesse para análise, definiu-se 3: bibliométrico, metodológico e substantivo. Na dimensão bibliométrica, incluiu-se variáveis como o título do artigo, nome do periódico, fator de impacto e citações, por exemplo. No escopo metodológico, buscou-se verificar apenas o tipo de pesquisa, técnica de coleta de dados e a abordagem utilizada (estudo de caso, p.ex.). Por último, na análise substantiva, verificou-se qual(is) o(s) problema(s) reportado(s), ao que também atentou-se para o método analítico adotado pelos autores. A definição das variáveis substantivas ocorreu a partir da viabilidade de integração e comparação dos dados trazidos nos trabalhos levantados.

12 -Risco de viés para cada estudo:Não foi apropriado.

13 - Medidas de sumarização: Não se aplica *ascoping review*.

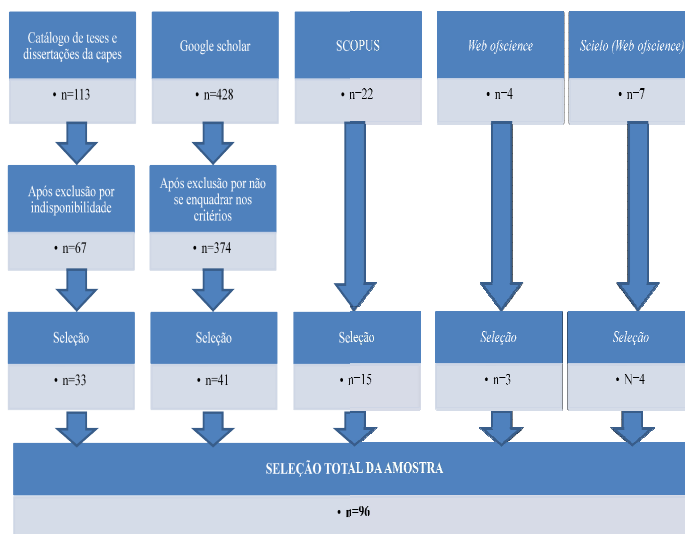
14 - Síntese dos resultados (métodos):Considerando os 3 eixos supracitados, esta seção foi dividida para abarcar cada um dos escopos e suas variáveis individualmente. Portanto, segue-se primeiramente a análise bibliométrica e discussão de suas respectivas variáveis, ao que sucede a análise metodológica e conclui-se com a análise da dimensão substantiva.

15 - Risco de vieses entre estudos: Não se aplica a *scoping review*.

16 - Análises adicionais: Não se aplica *ascoping review*

RESULTADOS:

17 – Seleção de estudos:



18 – Características dos estudos: Foram selecionadas 33 teses e dissertações, sendo destas 13 teses e 20 dissertações. As outras 63 obras se dividiram entre publicações nacionais e internacionais, artigos de revisão disponíveis com o texto completo, sendo apenas 18 apresentados exclusivamente em língua estrangeira. As obras tiveram um corte temporal não intencional aplicado a partir dos anos 2000, momento de explosão na área, explicado por Batista *et al.* (2020) que aponta como a área é pouco explorada, mas que os dados mostram que vem numa crescente e recebendo mais atenção.

19 - Risco de viés entre os estudos: não se aplica conforme item 12.

20 - Resultados de estudos individuais: Disponíveis no banco de dados.

21 – Síntese dos resultados: No eixo bibliométrico, se verificou que o estudo mais remoto data do ano 2000 e o mais recente, do ano de 2022, sendo que de 2020 a 2022 concentram mais de 27% por cento da literatura. Dentre os programas de pós-graduação, as universidades públicas têm mais se dedicado ao estudo de formulação de políticas públicas, existindo mais dissertações que mestrados na área. Quando divididas em áreas, como humanas, saúde e exatas, as publicações têm o escopo principal da primeira, mas o periódico que mais concentrou publicações foi a revista de Ciências e Saúde Coletiva. Quanto a fator de impacto, medido pelo *qualise* o *h-index*, a revista que se sobressaiu foi a *Nutrients* com *qualis* A1 e *h-index* 178. O artigo mais citado teve 686 menções no *Scielo* (*web of science*) e dentre as teses e dissertações a mais citada foi uma dissertação com 44 referências. O idioma das publicações está em grande parte disponível em língua portuguesa.

No eixo metodológico, a técnica de pesquisa mais utilizada foi a descritiva, com a técnica de coleta de dados mais utilizada a análise documental. O estudo de caso predominou o estudo.

Por fim, no eixo subjetivo, o referencial analítico, quando utilizado, deu-se preferência ao ciclo de políticas públicas. Por fim, foi verificado que a maior gama de problemas está concentrada nos conflitos de interesse, de poder e federativos, na reduzida participação social, além das restrições orçamentárias, financeiras e de recursos humanos, que juntos representam 55% de todos os desafios identificados nos estudos.

22 - Risco de vieses nos estudos: Não se aplica a *scoping review*.

23. Análises adicionais: Não se aplica a *scoping review*.

DISCUSSÃO

24 - Sumário da evidência: De acordo com o objetivo do trabalho que era responder a pergunta “quais são os principais problemas identificados no processo de formulação das políticas públicas, segundo a literatura brasileira?” a principal evidência encontrada é que os problemas de formulação apontados pela literatura nacional se concentram nos conflitos de

interesse, de poder e federativos, na reduzida participação social e nas limitações orçamentárias, financeiras e de recursos humanos.

25 – Limitações: os estudos focaram grande parte em estudos de casos, já ligados a políticas públicas em especial, havendo grande limitação na literatura especializada na área em ter materiais específicos e com assuntos contemporâneos sobre os problemas de formulação, trazendo muito da tradição e pouca inovação na área. Ademais, ainda muitos dos estudos da Academia nacional não se encontram disponíveis de maneira digitalizada, o que acabou por restringir este estudo.

26 – Conclusões: A formulação de políticas públicas, apesar de remontar os anos de 1970, ainda tem uma área muito vasta a ser explorada que a ciência nacional ainda não atentou. Enquanto parte da literatura estrangeira está voltada para estudos de formulação voltada para formar uma comunidade internacional, de como as parcerias internacionais pode afetar as políticas internas, ainda se discutem problemas que eram temáticas quando iniciaram os estudos sobre políticas públicas, sendo apontados, muitas das vezes mais de um erro na formulação. É fundamental que futuras pesquisas nacionais se dediquem mais ao processo de formulação de políticas públicas, pois esse aspecto pode impactar significativamente todas as etapas subsequentes.

FINANCIAMENTO

27 – Financiamento: Não se aplica.